

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	20
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	81
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	87
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	89

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.484
Preferenciais	88.177
Total	152.661
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	31/03/2014	Dividendo	31/07/2014	Ordinária		0,19651
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	31/03/2014	Dividendo	31/07/2014	Preferencial		0,19651

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	6.648.248	6.600.561
1.01	Ativo Circulante	1.504.378	1.471.273
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.024	1.257
1.01.02	Aplicações Financeiras	518.368	578.547
1.01.03	Contas a Receber	748.572	677.053
1.01.03.01	Clientes	748.572	677.053
1.01.04	Estoques	49.993	50.788
1.01.06	Tributos a Recuperar	76.025	70.507
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	76.025	70.507
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	76.025	70.507
1.01.07	Despesas Antecipadas	14.055	531
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	96.341	92.590
1.01.08.03	Outros	96.341	92.590
1.01.08.03.01	Créditos com controladas	271	198
1.01.08.03.04	Outros	96.070	92.392
1.02	Ativo Não Circulante	5.143.870	5.129.288
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.265.640	3.445.496
1.02.01.03	Contas a Receber	2.897.424	3.030.087
1.02.01.03.01	Clientes	2.186.543	2.387.060
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	710.881	643.027
1.02.01.04	Estoques	48.423	47.748
1.02.01.06	Tributos Diferidos	192.648	219.268
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	192.648	219.268
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	127.145	148.393
1.02.01.09.03	Benefício Fiscal do Ágio	45.416	60.359
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	68.086	76.282
1.02.01.09.06	Outros	13.643	11.752
1.02.02	Investimentos	1.847.291	1.659.227
1.02.02.01	Participações Societárias	1.847.291	1.659.227
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	605.199	584.218
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.242.092	1.075.009
1.02.03	Imobilizado	12.643	10.370
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.643	10.370
1.02.04	Intangível	18.296	14.195
1.02.04.01	Intangíveis	18.296	14.195

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	6.648.248	6.600.561
2.01	Passivo Circulante	526.226	679.413
2.01.02	Fornecedores	20.508	22.631
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.508	22.631
2.01.03	Obrigações Fiscais	30.257	31.824
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.257	31.824
2.01.03.01.02	Tributos e encargos sociais a recolher	15.847	17.909
2.01.03.01.03	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	14.410	13.915
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	348.668	338.018
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	156.410	153.134
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	156.410	153.134
2.01.04.02	Debêntures	192.258	184.884
2.01.05	Outras Obrigações	100.861	259.959
2.01.05.02	Outros	100.861	259.959
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	33.398	204.092
2.01.05.02.04	Valores a pagar - Fundação Cesp	5.977	6.091
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	56.336	35.913
2.01.05.02.07	Outros	5.150	13.863
2.01.06	Provisões	25.932	26.981
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.932	26.981
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	25.932	26.981
2.02	Passivo Não Circulante	1.062.665	1.008.701
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	701.013	628.972
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	148.183	76.216
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	148.183	76.216
2.02.01.02	Debêntures	552.830	552.756
2.02.02	Outras Obrigações	180.696	196.900
2.02.02.02	Outros	180.696	196.900
2.02.02.02.04	Obrigações Especiais - Rever/Amortização	24.053	24.053
2.02.02.02.05	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	134.490	136.827
2.02.02.02.06	Encargos Regulatórios a Recolher	22.153	36.020
2.02.03	Tributos Diferidos	63.276	54.968
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	63.276	54.968
2.02.03.01.01	PIS e COFINS Diferidos	63.276	54.968
2.02.04	Provisões	117.680	127.861
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	117.680	127.861
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.392	7.042
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	101.846	104.964
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.442	15.855
2.03	Patrimônio Líquido	5.059.357	4.912.447
2.03.01	Capital Social Realizado	2.000.000	2.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	1.365.573	1.365.573
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	147.912	147.912
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	666	666
2.03.02.07	Subvenções para investimento – CRC	426.710	426.710
2.03.02.08	Remuneração das imobilizações em curso	633.053	633.053

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02.09	Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
2.03.02.10	Incentivos fiscais FINAM	6.743	6.743
2.03.04	Reservas de Lucros	1.516.874	1.546.874
2.03.04.01	Reserva Legal	234.121	234.121
2.03.04.02	Reserva Estatutária	116.263	116.263
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.166.490	1.166.490
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	30.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	176.910	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	198.311	398.479	178.982	345.294
3.01.01	Receita Operacional Líquida	198.311	398.479	178.982	345.294
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-106.779	-203.583	-115.452	-234.045
3.02.01	Custo dos Serviços de Construção e Operação e Manutenção	-106.779	-203.583	-115.452	-234.045
3.03	Resultado Bruto	91.532	194.896	63.530	111.249
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	12.370	1.889	-32.778	-38.217
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.484	-60.201	-57.151	-93.685
3.04.02.01	Honorários da Administração	-983	-1.957	-1.163	-2.665
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-27.501	-58.244	-55.988	-91.020
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	21.984	22.584	2.314	16.979
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.205	-16.335	-7.475	-15.083
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	27.075	55.841	29.534	53.572
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	103.902	196.785	30.752	73.032
3.06	Resultado Financeiro	11.294	25.363	16.410	60.010
3.06.01	Receitas Financeiras	42.215	85.351	72.071	165.441
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.921	-59.988	-55.661	-105.431
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	115.196	222.148	47.162	133.042
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.085	-46.495	233	-14.625
3.08.01	Corrente	-12.426	-19.875	-13.401	-76.478
3.08.02	Diferido	-12.659	-26.620	13.634	61.853
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	90.111	175.653	47.395	118.417
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	90.111	175.653	47.395	118.417
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,59026	1,15060	0,31046	0,77568
3.99.01.02	PN	0,59026	1,15060	0,31046	0,77568
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,55748	1,08592	0,29654	0,74053

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.99.02.02	PN	0,55748	1,08592	0,29654	0,74053

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	90.111	175.653	47.395	118.417
4.03	Resultado Abrangente do Período	90.111	175.653	47.395	118.417

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	255.855	1.703.538
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	226.624	104.782
6.01.01.01	Lucro do Período	175.653	118.417
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.345	3.637
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	8.308	5.674
6.01.01.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	26.620	-61.853
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-10.181	5.237
6.01.01.06	Valor Residual do Ativo Perm. Baixado	166	9
6.01.01.07	Benefício Fiscal - Ágio Incorporado	14.943	14.944
6.01.01.08	Juros e Var. Monet. e Cambial s/ Ativos e Passivos	62.564	73.501
6.01.01.09	Amortização de Ativo de Concessão na aquisição de Controlada	1.245	0
6.01.01.10	Realização da perda em Controlada	-1.198	-1.212
6.01.01.11	Resultado da Equivalência Patrimonial	-55.841	-53.572
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	29.231	1.598.756
6.01.02.01	Contas a Receber (Ativo de Concessão)	128.998	1.863.525
6.01.02.02	Estoques	120	-9.073
6.01.02.03	Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	-67.854	-80.871
6.01.02.04	Tributos e Contribuições a Compensar	-5.462	-594
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	8.196	-1.674
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-13.524	-8.500
6.01.02.07	Outros	-5.642	-7.644
6.01.02.08	Fornecedores	-2.123	-24.177
6.01.02.09	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	-2.062	-113.155
6.01.02.10	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	-7.100	-6.667
6.01.02.11	Encargos Regulatórios a Recolher	5.560	-2.535
6.01.02.12	Provisões	-1.049	-971
6.01.02.13	Valores a Pagar - Fundação CESP	-114	-47
6.01.02.14	Outros	-8.713	-8.861
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-82.976	-1.346.960
6.02.01	Aplicações financeiras	60.179	-1.221.816
6.02.02	Compras de Imobilizado	-3.773	-3.212
6.02.03	Intangível	-7.112	-2.914
6.02.04	Investimentos	-132.270	-119.018
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-173.112	-651.694
6.03.01	Adições de Empréstimos	151.368	200.000
6.03.02	Pagamento de Empréstimos (Principal)	-94.285	-802.646
6.03.03	Pagamento de Empréstimos (Juros)	-30.702	-73.261
6.03.04	Pagamento/Recebimento de Instrumentos Financeiros	0	24.230
6.03.05	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-199.493	-17
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-233	-295.116
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.257	296.486
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.024	1.370

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.000.000	1.365.573	1.546.874	0	0	4.912.447
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.000.000	1.365.573	1.546.874	0	0	4.912.447
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-30.000	1.257	0	-28.743
5.04.08	Dividendos adicionais Propostos	0	0	-30.000	0	0	-30.000
5.04.09	Dividendos Prescritos	0	0	0	874	0	874
5.04.10	Juros sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	383	0	383
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	175.653	0	175.653
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	175.653	0	175.653
5.07	Saldos Finais	2.000.000	1.365.573	1.516.874	176.910	0	5.059.357

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.162.626	2.202.947	1.712.657	0	0	5.078.230
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.626	2.202.947	1.712.657	0	0	5.078.230
5.04	Transações de Capital com os Sócios	837.374	-837.374	0	1.062	0	1.062
5.04.01	Aumentos de Capital	837.374	-837.374	0	0	0	0
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	876	0	876
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	186	0	186
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	118.417	0	118.417
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	118.417	0	118.417
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.061	1.061	0	0
5.06.04	Realização de Reservas de Lucros a Realizar	0	0	-1.061	1.061	0	0
5.07	Saldos Finais	2.000.000	1.365.573	1.711.596	120.540	0	5.197.709

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	473.604	419.202
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	451.020	402.223
7.01.02	Outras Receitas	22.584	16.979
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-141.842	-184.998
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.272	-15.521
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-129.570	-169.477
7.03	Valor Adicionado Bruto	331.762	234.204
7.04	Retenções	-4.345	-3.637
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.345	-3.637
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	327.417	230.567
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	141.192	219.013
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	55.841	53.572
7.06.02	Receitas Financeiras	85.351	165.441
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	468.609	449.580
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	468.609	449.580
7.08.01	Pessoal	94.977	115.852
7.08.01.01	Remuneração Direta	68.331	81.924
7.08.01.02	Benefícios	19.348	24.079
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.298	9.849
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	131.359	103.782
7.08.02.01	Federais	119.081	92.858
7.08.02.02	Estaduais	216	227
7.08.02.03	Municipais	12.062	10.697
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	66.620	111.529
7.08.03.01	Juros	59.674	104.519
7.08.03.02	Aluguéis	6.946	7.010
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	175.653	118.417
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	175.653	118.417

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	7.006.956	7.010.706
1.01	Ativo Circulante	1.615.021	1.590.167
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.710	4.270
1.01.02	Aplicações Financeiras	529.260	595.756
1.01.03	Contas a Receber	821.396	749.388
1.01.03.01	Clientes	821.396	749.388
1.01.04	Estoques	52.265	61.767
1.01.06	Tributos a Recuperar	78.312	72.765
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	78.312	72.765
1.01.07	Despesas Antecipadas	14.198	544
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	115.880	105.677
1.01.08.03	Outros	115.880	105.677
1.01.08.03.02	Outros	115.829	105.626
1.01.08.03.03	Creditos controladas	51	51
1.02	Ativo Não Circulante	5.391.935	5.420.539
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.087.864	4.289.091
1.02.01.03	Contas a Receber	3.707.387	3.861.981
1.02.01.03.01	Clientes	2.996.506	3.218.954
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	710.881	643.027
1.02.01.04	Estoques	48.423	47.748
1.02.01.06	Tributos Diferidos	192.648	219.268
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	192.648	219.268
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	139.406	160.094
1.02.01.09.03	Benefício Fiscal Ágio Incorporado	45.416	60.359
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	68.086	76.282
1.02.01.09.06	Outros	25.904	23.453
1.02.02	Investimentos	1.242.092	1.075.009
1.02.02.01	Participações Societárias	1.242.092	1.075.009
1.02.03	Imobilizado	12.643	10.370
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.643	10.370
1.02.04	Intangível	49.336	46.069
1.02.04.01	Intangíveis	49.336	46.069

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	7.006.956	7.010.706
2.01	Passivo Circulante	596.607	759.272
2.01.02	Fornecedores	38.427	50.356
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	38.427	50.356
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.650	34.046
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.650	34.046
2.01.03.01.02	Tributos e encargos sociais a recolher	18.240	20.131
2.01.03.01.03	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	14.410	13.915
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	388.244	377.695
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	195.986	192.811
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	195.986	192.811
2.01.04.02	Debêntures	192.258	184.884
2.01.05	Outras Obrigações	110.369	269.178
2.01.05.02	Outros	110.369	269.178
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	33.398	204.092
2.01.05.02.04	Valores a Pagar - Fundação Cesp	5.977	6.091
2.01.05.02.05	Encargos regulatórios a recolher	59.522	38.666
2.01.05.02.07	Outros	11.472	20.329
2.01.06	Provisões	26.917	27.997
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26.917	27.997
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	26.917	27.997
2.02	Passivo Não Circulante	1.350.992	1.338.987
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	920.626	861.782
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	367.796	309.026
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	367.796	309.026
2.02.01.02	Debêntures	552.830	552.756
2.02.02	Outras Obrigações	180.696	196.900
2.02.02.02	Outros	180.696	196.900
2.02.02.02.03	Obrigações Especias - Rever/ Amortização	24.053	24.053
2.02.02.02.04	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	134.490	136.827
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	22.153	36.020
2.02.03	Tributos Diferidos	131.953	152.407
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	131.953	152.407
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.955	34.547
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	99.998	117.860
2.02.04	Provisões	117.717	127.898
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	117.717	127.898
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.392	7.042
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	101.883	105.001
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.442	15.855
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.059.357	4.912.447
2.03.01	Capital Social Realizado	2.000.000	2.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	1.365.573	1.365.573
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	147.912	147.912
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	666	666
2.03.02.07	Subvenções para Investimento - CRC	426.710	426.710

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02.08	Remuneração das Imobilizações em Curso	633.053	633.053
2.03.02.09	Doações e Subvenções para Investimentos	150.489	150.489
2.03.02.10	Incentivos Fiscais - FINAM	6.743	6.743
2.03.04	Reservas de Lucros	1.516.874	1.546.874
2.03.04.01	Reserva Legal	234.121	234.121
2.03.04.02	Reserva Estatutária	116.263	116.263
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.166.490	1.166.490
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	30.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	176.910	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	218.374	443.661	205.340	406.158
3.01.01	Receita Operacional Líquida	218.374	443.661	205.340	406.158
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-114.016	-218.652	-129.493	-272.471
3.02.01	Custo dos Serviços de Construção e Operação e Manutenção	-114.016	-218.652	-129.493	-272.471
3.03	Resultado Bruto	104.358	225.009	75.847	133.687
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	5.052	-20.123	-39.403	-49.604
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.577	-62.385	-57.977	-95.994
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.145	-2.366	-1.268	-2.932
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-28.432	-60.019	-56.709	-93.062
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	21.984	22.584	2.314	16.979
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.205	-16.335	-7.475	-15.084
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	20.850	36.013	23.735	44.495
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	109.410	204.886	36.444	84.083
3.06	Resultado Financeiro	6.662	16.521	11.890	50.921
3.06.01	Receitas Financeiras	42.822	86.672	72.445	166.122
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.160	-70.151	-60.555	-115.201
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	116.072	221.407	48.334	135.004
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.961	-45.754	-939	-16.587
3.08.01	Corrente	-13.351	-21.726	-14.186	-77.898
3.08.02	Diferido	-12.610	-24.028	13.247	61.311
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	90.111	175.653	47.395	118.417
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	90.111	175.653	47.395	118.417
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	90.111	175.653	47.395	118.417
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,59026	1,15060	0,31046	0,77568
3.99.01.02	PN	0,59026	1,15060	0,31046	0,77568
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.99.02.01	ON	0,55748	1,08592	0,29654	0,74053
3.99.02.02	PN	0,55748	1,08592	0,29654	0,74053

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	90.111	175.653	47.395	118.417
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	90.111	175.653	47.395	118.417
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	90.111	175.653	47.395	118.417

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	270.398	1.693.193
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	226.369	125.568
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	175.653	118.417
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.345	3.637
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	-17.862	8.114
6.01.01.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	24.028	-61.311
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-10.181	5.237
6.01.01.06	Valor Residual Ativo Perm. Baixado	166	9
6.01.01.07	Benefício Fiscal - Ágio Incorporado	14.943	14.944
6.01.01.08	Juros e Var. Monet. e Cambial c/ Ativos e Passivos	71.243	82.228
6.01.01.09	Amortização de Ativo de Concessão na aquisição de Controlada	1.245	0
6.01.01.10	Realização da perda em Controlada	-1.198	-1.212
6.01.01.11	Resultado Equivalência Patrimonial	-36.013	-44.495
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	44.029	1.567.625
6.01.02.01	Contas a Receber (Ativo de Concessão)	151.638	1.834.693
6.01.02.02	Estoques	8.827	-18.363
6.01.02.03	Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	-67.854	-80.871
6.01.02.04	Tributos e Contribuições a Compensar	-5.491	-1.134
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	8.196	-1.674
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-13.654	-8.548
6.01.02.07	Outros	-12.654	-13.692
6.01.02.08	Fornecedores	-11.929	-10.268
6.01.02.09	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	-1.891	-113.034
6.01.02.10	Encargos Regulatórios a Recolher	5.992	-2.135
6.01.02.11	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	-7.100	-6.667
6.01.02.13	Provisões	-1.080	-733
6.01.02.14	Valores a Pagar - Fundação CESP	-114	-47
6.01.02.15	Outros	-8.857	-9.902
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-75.870	-1.318.815
6.02.01	Aplicações financeiras	66.496	-1.221.861
6.02.02	Imobilizado	-3.773	-3.212
6.02.03	Intangível	-7.523	-4.892
6.02.04	Investimentos	-131.070	-88.850
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-195.088	-672.200
6.03.01	Adições de Empréstimos	151.368	200.000
6.03.02	Pagamento de Empréstimos (Principal)	-107.151	-813.987
6.03.03	Pagamento de Empréstimos (Juros)	-39.812	-82.426
6.03.04	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-199.493	-17
6.03.06	Pagamento/Recebimento de Instrumentos Financeiros	0	24.230
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-560	-297.822
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.270	309.603
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.710	11.781

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.000.000	1.365.573	1.546.874	0	0	4.912.447	0	4.912.447
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.000.000	1.365.573	1.546.874	0	0	4.912.447	0	4.912.447
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-30.000	1.257	0	-28.743	0	-28.743
5.04.08	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-30.000	0	0	-30.000	0	-30.000
5.04.09	Dividendos Prescritos	0	0	0	874	0	874	0	874
5.04.10	Juros sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	383	0	383	0	383
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	175.653	0	175.653	0	175.653
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	175.653	0	175.653	0	175.653
5.07	Saldos Finais	2.000.000	1.365.573	1.516.874	176.910	0	5.059.357	0	5.059.357

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.162.626	2.202.947	1.712.657	0	0	5.078.230	0	5.078.230
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.626	2.202.947	1.712.657	0	0	5.078.230	0	5.078.230
5.04	Transações de Capital com os Sócios	837.374	-837.374	0	1.062	0	1.062	0	1.062
5.04.01	Aumentos de Capital	837.374	-837.374	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	876	0	876	0	876
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	186	0	186	0	186
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	118.417	0	118.417	0	118.417
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	118.417	0	118.417	0	118.417
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.061	1.061	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Reservas de Lucros a Realizar	0	0	-1.061	1.061	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.000.000	1.365.573	1.711.596	120.540	0	5.197.709	0	5.197.709

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	521.244	486.281
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	498.660	469.302
7.01.02	Outras Receitas	22.584	16.979
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-153.609	-222.675
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-15.373	-21.004
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-138.236	-201.671
7.03	Valor Adicionado Bruto	367.635	263.606
7.04	Retenções	-4.345	-3.637
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.345	-3.637
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	363.290	259.969
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	122.685	210.617
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	36.013	44.495
7.06.02	Receitas Financeiras	86.672	166.122
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	485.975	470.586
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	485.975	470.586
7.08.01	Pessoal	99.592	118.282
7.08.01.01	Remuneração Direta	72.790	84.199
7.08.01.02	Benefícios	19.490	24.212
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.312	9.871
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	133.728	112.524
7.08.02.01	Federais	121.395	101.600
7.08.02.02	Estaduais	263	227
7.08.02.03	Municipais	12.070	10.697
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.002	121.363
7.08.03.01	Juros	69.780	114.250
7.08.03.02	Aluguéis	7.222	7.113
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	175.653	118.417
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	175.653	118.417

Comentário do Desempenho

Análise do resultado consolidado do trimestre findo em 30 de junho de 2014 (não revisado):

	Em milhares de reais				
	2014	%	2013	%	Varição 2014/2013
Receita operacional líquida	218.374	100,0	205.340	100,0	6,3
Custo dos Serviços de Construção e de Operação e Manutenção	(114.016)	(52,2)	(129.493)	(63,1)	(12,0)
Lucro Bruto	104.358	47,8	75.847	36,9	37,6
(Despesas) /receitas operacionais líquidas	(15.798)	(7,2)	(63.138)	(30,7)	(75,0)
Resultado de Equivalência Patrimonial	20.850	9,5	23.735	11,6	(12,2)
Resultado financeiro	6.662	3,1	11.890	5,8	(44,0)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	116.072	53,2	48.334	23,5	140,1
Imposto de renda e contribuição social	(25.961)	(11,9)	(939)	(0,5)	2.664,7
Lucro (prejuízo) líquido do período	90.111	41,3	47.395	23,1	90,1

O **lucro bruto** consolidado apresentou aumento de 37,6% no 2T14, em comparação ao 2T13, conforme detalhado a seguir:

A **receita operacional líquida** que teve um aumento de 6,3% no 2T14, é composta por variação de (i) aumento de 2,8% das receitas de construção, (ii) aumento de 7,1% das receitas de operação e manutenção; (iii) redução de 3,5% das receitas financeiras, e (iv) redução de 6,8% de deduções da receita operacional.

- (i) As **receitas de construção** totalizaram R\$40.439 mil no 2T14, comparada com R\$39.326 mil no 2T13, impactadas pelo reconhecimento da receita de construção para melhorias no 2T14 e negativamente pela entrada em operação dos lotes K dos Leilões 004/2008 e 004/2011 da controlada Pinheiros, cujas obras foram concluídas no primeiro e terceiro trimestres de 2013, respectivamente.
- (ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$166.212 mil no 2T14, comparada com R\$155.248 no 2T13, refletindo a variação positiva do IGPM/IPCA do ciclo da Receita Anual Permitida (RAP) de 2012/2013 para 2013/2014 e entrada em operação de novos projetos de reforços.
- (iii) As **receitas financeiras**, oriundas dos contratos de concessão, somaram R\$34.425 mil no 2T14, comparada com R\$35.682 mil no 2T13, refletindo a variação do fluxo financeiro previsto para a realização dos valores de construção e indenização.
- (iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R\$27.999 mil no 2T14 e R\$29.904 mil no 2T13, devido: (i) redução de 1,3% de tributos sobre a receita, devido alteração na alíquota de PIS e COFINS diferidos da controlada Pinheiros, decorrente da mudança do regime tributário de lucro real para lucro presumido; e (ii) redução de 17,7% de encargos regulatórios, decorrente, substancialmente, do CDE e PROINFA, devido ao consumo dos consumidores livres.

Os **custos de construção e de operação e manutenção**, que no 2T14 é composto por 32,2% de custo de construção e 67,8% de custo de operação e manutenção (no 2T13 27,7% e 72,3%, respectivamente), tiveram redução de 12,0%, com R\$114.016 mil no 2T14 frente aos R\$129.493 mil no 2T13.

Comentário do Desempenho

O custo de construção acompanha a variação da receita de construção e passou a ter maior representatividade no total do custo, uma vez que, com o reconhecimento da receita de construção para melhorias, a parcela de gastos correspondentes a estas melhorias é registrada como custo de construção e não mais como custo de operação e manutenção; aumentando o custo de construção e reduzindo o custo de operação e manutenção.

A redução dos custos concentra-se em materiais e serviços de terceiros e deve-se: (i) reprogramação de algumas atividades de operação e manutenção em atendimento as necessidades técnicas e de acordo com restrições de intervenção no sistema; (ii) internalização de parte de serviços de operação e manutenção; (iii) esforço da Companhia para renegociar os contratos vigentes, adequando à nova realidade; (iv) entrada em operação dos lotes K dos Leilões 004/2008 e 004/2011 da controlada Pinheiros, cujas obras foram concluídas no primeiro e terceiro trimestres de 2013, respectivamente.

As **(despesas)/receitas operacionais líquidas** tiveram redução de 75,0% totalizando R\$15.798 mil no 2T14 comparada com R\$63.138 mil no 2T13, decorrente, substancialmente, do reconhecimento do crédito de PIS e COFINS extemporâneo sobre aquisição de máquinas e equipamentos dos últimos 5 anos no montante de R\$21.398, e menor volume de despesas com contingências no período.

O **resultado financeiro** totalizou receita de R\$6.662 mil no 2T14 apresentando redução de 44,0% em relação a R\$11.890 mil no 2T13 devido a: (i) reconhecimento de receitas de variação monetária e de juros ativos no montante de R\$35.323 no 2T13, comparado com R\$24.515 no 2T14, referentes à atualização pelo IPCA + WACC do contas a receber de ativo reversível – Lei nº 12.783, as parcelas recebidas até 30 de junho de 2014 totalizam, aproximadamente, 77,0% do valor total a receber; e (ii) redução dos juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos, devido a liquidação de contratos.

A rubrica de **imposto de renda e contribuição social** apresentou variação significativa totalizando R\$25.961 no 2T14 contra R\$939 no 2T13. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 22,4% no 2T14, acompanhando a variação do resultado.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o **lucro líquido** do 2T14 totalizou R\$90.111 mil, montante 90,1% superior quando comparado ao lucro de R\$47.395 mil no 2T13.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível, sendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”), tendo iniciado suas operações comerciais em 01 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EPTE”), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006 o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário, alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006, com a conseqüente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital”), sociedade brasileira controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”), sediada na Colômbia, constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Adicionalmente, a CTEEP possui programa de “American Depositary Receipts - ADRs” - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

Em setembro de 2002, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 1, da BM&FBovespa. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia integra o Índice de Governança Corporativa – IGC e o Índice de Energia Elétrica – IEE.

Notas Explicativas

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em degrau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001		30	31.12.42	5 anos	2018	Não	IPCA	640.694	06/14
CTEEP	143/2001		30	20.12.31	n/a	n/a	Sim	IGPM	19.218	06/14
IEMG	004/2007	100	30	23.04.37	5 anos	2017	Sim	IPCA	14.314	06/14
Pinheiros	012/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2019	Não	IPCA	9.479	06/14
Pinheiros	015/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2019	Não	IPCA	24.921	06/14
Pinheiros	018/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2019	Não	IPCA	5.089	06/14
Pinheiros	021/2011	100	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	4.043	06/14
Serra do Japi	026/2009	100	30	18.11.39	5 anos	2015	Não	IPCA	32.623	06/14
Evrecy	020/2008	100	30	17.07.25	4 anos	2017	Não	IGPM	12.506	06/14
IENNE	001/2008	25	30	16.03.38	5 anos	2018	Não	IPCA	37.899	06/14
IESul	013/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2019	Não	IPCA	5.180	06/14
IESul	016/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2019	Não	IPCA	9.587	06/14
IEMadeira	013/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2019	Não	IPCA	251.184	06/14
IEMadeira	015/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2019	Não	IPCA	213.614	06/14
IEGaranhuns (*)	022/2011	51	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	81.399	06/14

(*) A controlada IEGaranhuns está em fase pré-operacional.

Todos os contratos de concessão acima prevêm o direito de reversão sobre os ativos vinculados à concessão no término de sua vigência. Para os contratos com revisão tarifária periódica é previsto o direito a remuneração dos investimentos em ampliação, reforços e melhorias.

Lei nº 12.783/2013

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (MP 579) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes a publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela reversão dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia, publicou a:

- (i) Portaria Interministerial nº 580, na qual foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000 (NI), referenciados a preços de outubro de 2012 para as concessões de transmissão de energia elétrica, sendo o valor de R\$2.891.291 referente ao contrato de concessão nº 059/2001 (único contrato alcançado pela referida MP), conforme Anexo II da referida Portaria.

Notas Explicativas

(ii) Portaria Interministerial nº 579, na qual ficou definido o valor das RAP a partir de 01 de janeiro de 2013, na base do mês de outubro de 2012, no montante de R\$515.621 (líquido de PIS e COFINS) referente ao contrato de concessão nº 059/2001, conforme Anexo da referida Portaria.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 591 (MP 591) que alterou a MP 579 de maneira a autorizar o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 (SE), no prazo de trinta anos. A Companhia aguarda manifestação do Poder Concedente quanto à determinação do valor e forma de pagamento. A Companhia, em atendimento à Nota Técnica nº 402/2013 da ANEEL, protocolou, em 20 de dezembro de 2013, o cronograma de atividades, com previsão de entrega em 2014 do laudo final, por assessor homologado. O referido laudo será revisado pela ANEEL, sendo base para definição dos valores a serem pagos pelos ativos do SE.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 03 de dezembro de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001.

Em 04 de dezembro de 2012, foi assinado aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$2.891.291, referente ao NI, conforme Portaria Interministerial nº 580 da seguinte forma:

- 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizado pelo IPCA. Em 18 de janeiro de 2013, a Companhia recebeu o montante R\$1.477.987.
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação dessa Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 11 de janeiro de 2013 as MP's 579 e 591 foram convertidas em Lei nº 12.783/2013.

Em 04 de abril de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 612 que reduziu a zero a alíquota da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as reversões a que se refere a Lei no 12.783/2013.

Participação em consórcio

(i) Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN

Em 10 de junho de 2011, o consórcio Extremoz, constituído por CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (49%), arrematou, em sessão pública realizada na BM&FBovespa, o lote A do leilão ANEEL nº 001/2011, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Em 07 de julho do mesmo ano foi constituída a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., observando as mesmas participações, com o objetivo de explorar o serviço concedido.

Este projeto tem investimento estimado em R\$622,0 milhões e RAP de R\$31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A Companhia manifestou sua intenção de retirar-se do consórcio, que foi aceita pelos demais acionistas e a efetivação da retirada ocorrerá após a anuência da ANEEL.

Notas Explicativas

2 Apresentação das informações trimestrais

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As informações trimestrais individuais, identificadas como “Controladora”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo nas demonstrações financeiras separadas.

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As informações trimestrais individuais e consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e IAS 34 (*Interim Financial Reporting*) emitida pelo IASB.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2013. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como volumes de energia, previsões ou estimativas, seguros, dentre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

As informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2014.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas informações trimestrais consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2013. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.3 e 3, daquelas demonstrações financeiras. Para o exercício de 2014, a Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros) optou pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social e não mais como Lucro Real.

Notas Explicativas

2.4 Procedimentos de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da CTEEP e de suas controladas.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		30.06.2014	31.12.2013
Controladas			
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	30.06.2014	100	100
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	30.06.2014	100	100
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	30.06.2014	100	100
Evrecy Participações Ltda. (Evrecy)	30.06.2014	100	100
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes	30.06.2014	100	100
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	30.06.2014	100	100

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações trimestrais consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

Não há participação de acionistas não controladores a serem destacados nas informações trimestrais consolidadas.

Com a adoção dos CPCs 19 (R2) e 36 (R3), que tiveram aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2013, os investimentos em controladas com controle em conjunto deixaram de ser consolidados proporcionalmente e passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as participações nas controladas em conjunto se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		30.06.2014	31.12.2013
Controladas em conjunto			
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	30.06.2014	25	25
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESul)	30.06.2014	50	50
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)	30.06.2014	51	51
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)	30.06.2014	51	51

Notas Explicativas

3 Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as informações sobre principais práticas contábeis, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais - ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras do exercício de 2013. Para o exercício de 2014, a Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros) optou pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social e não mais como Lucro Real, como apurado e informado em 2013.

4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas adotaram todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2013.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e bancos	287	546	1.375	994
Equivalentes de caixa (i)	737	711	2.335	3.276
	1.024	1.257	3.710	4.270

(i) Composição das aplicações financeiras:

	<u>% do CDI</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
CDB	96,5% a 100,0%	737	711	862	2.645
Compromissada (*)	95,0% a 100,0%	-	-	1.473	631
		737	711	2.335	3.276

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 31 (c).

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

Notas Explicativas

6 Aplicações financeiras

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
<u>% do CDI</u>		<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Fundos de investimentos	100,1% a 103,0%	<u>518.368</u>	<u>578.547</u>	<u>529.260</u>	<u>595.756</u>
		<u>518.368</u>	<u>578.547</u>	<u>529.260</u>	<u>595.756</u>

A Companhia e suas controladas concentraram as suas aplicações financeiras em fundos de investimentos, que referem-se a quotas de fundo de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos.

Os fundos de investimentos são:

- Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia e suas controladas, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Rubi, o qual, por sua vez, possui carteira composta pelos seguintes ativos: aplicações em depósitos à vista, títulos públicos federais e operações compromissadas em títulos públicos federais. Possui liquidez diária, independentemente dos ativos que constituem o Fundo Rubi, conforme estipulado no regulamento do Fundo Bandeirantes. Saldo em 30 de junho de 2014: R\$258.787.
- Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia e suas controladas, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Corp Referenciado DI, o qual, por sua vez, possui carteira composta pelos seguintes ativos: títulos públicos federais e operações compromissadas em títulos públicos federais. Possui liquidez diária, independentemente dos ativos que constituem o Fundo Corp, conforme estipulado no regulamento do Fundo Xavantes. Saldo em 30 de junho de 2014: R\$259.581.

Notas Explicativas**7 Contas a receber (ativo de concessão)**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
O&M				
Contas a receber serviços de O&M (a)	98.862	75.945	109.947	86.541
	98.862	75.945	109.947	86.541
Ativo financeiro				
Contas a receber serviços de construção (b)	671.403	592.206	1.469.860	1.413.726
Contas a receber por reversão (c)	3.349	3.238	76.594	75.351
	674.752	595.444	1.546.454	1.489.077
Ativo reversível - Lei nº 12.783				
Contas a receber Lei nº 12.783 (SE/NI) (d)	3.696.820	3.928.043	3.696.820	3.928.043
Provisão para redução ao valor de custo (d)	(1.535.319)	(1.535.319)	(1.535.319)	(1.535.319)
	2.161.501	2.392.724	2.161.501	2.392.724
	2.935.115	3.064.113	3.817.902	3.968.342
Circulante	748.572	677.053	821.396	749.388
Não circulante	2.186.543	2.387.060	2.996.506	3.218.954

- (a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.
- (b) Valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Companhia e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.
- (c) Contas a receber por reversão – refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Companhia e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.
- (d) Contas a receber Lei nº 12.783 – refere-se ao valor a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE:
- A reversão das instalações referente ao NI corresponde ao montante de R\$2.949.121, sendo R\$2.891.291 referente ao VNR apurado e R\$57.830 referente à remuneração pelo IPCA + WACC de 5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes estão sendo recebidos em 31 parcelas mensais até 07 de julho de 2015 (nota 1.2).
 - A reversão das instalações referente ao SE, ainda não divulgada pelo Poder Concedente, corresponde ao valor estimado dos investimentos pelo Valor Novo de Reposição (VNR) ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012, que com base em laudo de avaliação independente, datado de 14 de novembro de 2012, totaliza R\$3.026.305. Um novo laudo, conforme mencionado na nota 3.7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2013 está sendo realizado, a Companhia entende ter direito ao recebimento do valor apurado pelo VNR, entretanto, constituiu provisão para redução ao valor do custo de construção dessa infraestrutura, tendo em vista orientação da ANEEL conforme despacho nº 155 de 23 de janeiro de 2013 que indica a manutenção do valor de custo, sendo que é aguardado o resultado do novo laudo que será entregue em 2014.

Notas Explicativas

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
A vencer	2.906.553	3.035.880	3.787.904	3.938.946
Vencidos				
até 30 dias	559	112	635	127
de 31 a 60 dias	19	23	27	30
de 61 a 360 dias	240	475	336	1.616
há mais de 361 dias (i)	27.744	27.623	29.000	27.623
	28.562	28.233	29.998	29.396
	2.935.115	3.064.113	3.817.902	3.968.342

- (i) Alguns agentes do sistema questionaram judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, estes valores foram depositados judicialmente por estes agentes. A Companhia acredita que os valores faturados estão de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Companhia não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Companhia e, portanto, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Movimentação do contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2013	3.064.113	3.968.342
Receita de construção (nota 25.1)	75.794	81.153
Receita financeira (nota 25.1)	40.384	72.584
Receita de operação e manutenção (nota 25.1)	322.983	334.326
Atualização do contas a receber reversão IPCA/ WACC	54.719	54.719
Recebimentos contas a receber de reversão NI	(285.940)	(285.940)
Recebimentos	(336.938)	(407.282)
Saldos em 30.06.2014	2.935.115	3.817.902

Notas Explicativas

8 Valores a receber – Secretaria da Fazenda – controladora e consolidado

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58 (a)	999.252	933.501
Processos trabalhistas – Lei 4.819/58 (b)	227.884	225.781
Provisão para perdas sobre realização de créditos (c)	(516.255)	(516.255)
Salário-família – Lei 4.819/58 (d)	2.218	2.218
Provisão para perdas sobre realização de créditos – Salário-família (d)	(2.218)	(2.218)
	<u>710.881</u>	<u>643.027</u>

- (a) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a junho de 2014 (nota 34). O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão da ação da 49ª Vara do Trabalho na qual a CTEEP, na condição de parte citada, repassa os recursos mensalmente à Fundação CESP para processamento do pagamento aos aposentados.
- (b) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela CTEEP, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo.
- (c) Em função dos fatos ocorridos durante 2013, principalmente: (i) alteração na expectativa de tempo de realização de parte dos ativos, por conta da extinção sem julgamento de mérito da ação de cobrança dos valores devidos pelo Governo do Estado de São Paulo, bem como os demais movimentos processuais ocorridos, conforme descrito na Nota 34; (ii) o reconhecimento da Justiça Comum como sendo a instância competente para discutir o tema em questão, com base no precedente do Supremo Tribunal Federal em julgamento de recurso relativo a discussões jurídicas de outras partes e não relacionadas a esta ação, descrito na Nota 34, e (iii) o andamento jurídico dos demais processos relativos à Lei 4.819/58, como, por exemplo, o reconhecimento da efetivação de repasses à CTEEP, por parte da SEFAZ-SP, de alguns valores que vinham sendo glosados até abril de 2013, conforme descrito na Nota 34; a Administração da CTEEP revisou os montantes a receber referentes a Lei 4.819/58 e registrou provisão para perdas sobre a realização de créditos para parte dos valores a receber, correspondente às parcelas não reconhecidas como de responsabilidade exclusiva da SEFAZ-SP descritas no item (iii).
- (d) A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à CTEEP quando da cisão parcial da CESP. Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para perdas, no montante de R\$2.218.

Notas Explicativas**9 Tributos e contribuições a compensar**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Imposto de renda a recuperar	18.227	40.438	18.348	40.559
Contribuição social a recuperar	16.353	16.545	16.407	16.598
Imposto de renda retido na fonte	3.961	12.792	5.000	13.832
Contribuição social retido na fonte	108	197	314	403
COFINS (i)	30.607	399	31.244	1.013
PIS (i)	6.600	41	6.739	174
Outros	169	95	260	186
	76.025	70.507	78.312	72.765

(i) A Companhia reconheceu crédito de PIS e COFINS extemporâneo sobre aquisição dos últimos 5 anos de máquinas e equipamentos destinados a operação de transmissão de energia elétrica, não apurados anteriormente. O montante do crédito totaliza R\$31.954 (atualizado R\$36.221), sendo os créditos referentes aos projetos recebidos por reversão no total de R\$21.398 reconhecidos como receita na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais” e o restante no valor de R\$10.556 reduz o valor do ativo financeiro na rubrica “Contas a receber serviços de construção”.

10 Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora – controladora e consolidado

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração dos contratos de concessão nº 059/2001 e 143/2001 e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) de sua incorporadora e Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 24 (c)), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos.

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$689.435, será amortizado substancialmente até julho de 2015, em parcelas mensais, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

Ano	Amortização - % a.a.		
	Contrato de concessão		
	059/2001	143/2001	Total
2008 a 2012	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031	-	0,25	0,25

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas informações trimestrais, o valor líquido de R\$45.416 (R\$60.359 em 31 de dezembro de 2013), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Notas Explicativas

Movimentação no semestre findo em 30 de junho de 2014:

	<u>Ágio</u>	<u>Provisão</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31.12.2013	177.531	(117.172)	60.359
Realização no período	(43.952)	29.009	(14.943)
Saldos em 30.06.2014	133.579	(88.163)	45.416

A amortização está registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica outras receitas (despesas), líquidas (nota 28).

11 Cauções e depósitos vinculados

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Depósitos judiciais		
Trabalhistas (nota 21 (a) (i))	57.315	65.511
Previdenciárias – INSS (nota 21 (a) (iv))	1.226	1.226
Autuações – ANEEL (a)	9.545	9.545
	68.086	76.282

- (a) Referem-se a depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL as quais a Companhia contesta.

Notas Explicativas

12 Investimentos	(a) Informações sobre investimentos em controladas e controladas em conjunto	Data base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado - %	Capital		Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receita bruta	Lucro (prejuízo) líquido
					integralizado	líquido					
IEMG		30.06.2014	83.055.292	100,0	83.055	108.030	60.641	60.641	108.030	3.991	(41)
		31.12.2013	81.855.292	100,0	81.855	170.516	63.645	63.645	106.871	17.212	3.452
Pinheiros		30.06.2014	269.360.000	100,0	269.360	325.967	185.847	185.847	325.967	25.980	14.360
		31.12.2013	269.360.000	100,0	269.360	543.039	231.432	231.432	311.607	89.645	18.893
Serra do Japi		30.06.2014	86.748.000	100,0	86.748	247.480	102.712	102.712	144.768	13.588	4.608
		31.12.2013	86.748.000	100,0	86.748	245.982	105.822	105.822	140.160	48.402	30.610
Evrrecy		30.06.2014	21.512.367	100,0	21.512	47.513	9.697	9.697	37.816	5.343	901
		31.12.2013	21.512.367	100,0	21.512	46.251	9.336	9.336	36.915	19.266	5.022
IENNE		30.06.2014	81.821.000	25,0	327.284	648.179	308.948	308.948	339.231	11.576	(4.542)
		31.12.2013	81.821.000	25,0	327.284	655.037	311.264	311.264	343.773	4.379	(41.521)
IESul		30.06.2014	90.778.499	50,0	181.557	279.812	86.866	86.866	192.946	22.198	390
		31.12.2013	88.228.499	50,0	176.457	266.457	79.001	79.001	187.456	59.954	2.811
IEMadeira		30.06.2014	701.760.000	51,0	1.376.000	4.880.491	3.136.127	3.136.127	1.744.364	327.075	56.612
		31.12.2013	632.910.000	51,0	1.241.000	4.635.805	3.083.053	3.083.053	1.552.752	1.118.931	135.537
IEGaranhuns		30.06.2014	159.120.000	51,0	312.000	720.733	385.075	385.075	335.658	220.282	15.845
		31.12.2013	99.450.000	51,0	195.000	502.156	299.343	299.343	202.813	432.407	7.271

Notas Explicativas

(i) Controladas

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)

A IEMG foi constituída em 13 de dezembro de 2006, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular a linha de transmissão em 500 kV Neves 1 – Mesquita (Minas Gerais), totalizando 172 km (Contrato de concessão nº 004/2007 – nota 1.2).

Em 2009, a IEMG recebeu autorização para operar comercialmente.

Em correspondência datada de 06 de agosto de 2010, a Cymi Holding S.A. notificou à CTEEP sua intenção em alienar, a um terceiro, pelo preço de R\$14.531 mil, sua participação correspondente a 40% do capital social da IEMG. Em reunião do Conselho de Administração da CTEEP realizada em 06 de setembro de 2010, foi aprovado o exercício do direito de preferência na compra de 40% das ações do capital social da IEMG detidos pela Cymi Holding S.A., nos termos e condições da oferta feita por terceiro.

Após o cumprimento de todas as condições suspensivas, em 03 de fevereiro de 2011, a CTEEP pagou, à vista, pela aquisição da participação na IEMG o valor de R\$15.283, correspondente ao preço ofertado atualizado monetariamente, apurando uma perda de R\$28.490, conforme divulgado na nota explicativa 11 (a), nas demonstrações financeiras do exercício de 2011. Como resultado dessa operação o saldo do investimento da Companhia na IEMG na data da transação passou a ser o valor justo, ou seja, R\$38.206, diferenciando-se do valor contábil do patrimônio líquido da IEMG.

Em 30 de junho de 2014, a conciliação do patrimônio líquido da IEMG e do investimento é:

	<u>R\$ mil</u>
Patrimônio líquido da IEMG	108.030
Participação da CTEEP	<u>100%</u>
Valor contábil do investimento	<u>108.030</u>
Perda na aquisição do controle da IEMG (líquida) – Valor justo	<u>(38.984)</u>
Total do investimento	<u><u>69.046</u></u>

Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)

A Pinheiros foi constituída em 22 de julho de 2008, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 e Lote K do Leilão nº 004/2011 da ANEEL.

As subestações de Araras, Getulina e Mirassol (Lote H) entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente. A subestação Piratininga II (Lote E) entrou em operação em 26 de dezembro de 2011. A subestação Atibaia II (Lote K do leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013.

A subestação Itapeti (lote K do leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)

A Serra do Japi foi constituída em 01 de julho de 2009, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as subestações Jandira e Salto arrematadas no Lote I do Leilão nº 001/2009 da ANEEL (Contrato de concessão nº 026/2009 – nota 1.2).

Em 2012, a Serra do Japi iniciou sua operação comercial (subestação Salto em janeiro de 2012 e subestação

Notas Explicativas

Jandira em março de 2012).

Evrecy Participações Ltda. (“Evrecy”)

Em 28 de maio de 2012, foi assinado contrato de compra e venda de cotas e outras avenças entre a Companhia e a EDP Energias do Brasil S.A (“EDP”) para aquisição de 100% das ações do capital social da Evrecy Participações Ltda. (“Evrecy”).

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em agosto de 2012 através do Ato de Concentração nº 08012.006560/2012-92 e pela ANEEL em 11 de dezembro de 2012, através da Resolução Autorizativa nº 3.788.

Em 21 de dezembro de 2012, foi celebrado o termo definitivo de fechamento.

A Companhia pagou à EDP pela aquisição o valor de R\$5,8 milhões a título de adiantamento em 28 de maio de 2012, R\$57,3 milhões em 21 de dezembro de 2012 e R\$0,07 milhão em 26 de junho de 2013. O pagamento realizado em 21 de dezembro de 2012 refere-se ao preço inicial deduzido do adiantamento, corrigido pela variação da taxa equivalente à taxa DI, calculado pro rata temporis, no período entre a data base até o último dia útil imediatamente anterior à data de fechamento. O pagamento realizado em 26 de junho de 2013 refere-se ao Ajuste Final do Preço de Fechamento, que é o delta do Capital Circulante Líquido em relação à data de avaliação e a data do fechamento.

A Evrecy é uma empresa prestadora de serviços de transmissão de energia elétrica, cuja origem se deu a partir da cisão de ativos de geração e transmissão da Espírito Santo Centrais Elétricas – Escelsa em 2005, sendo detentora de 154 km de linhas de transmissão e de uma subestação, entre os estados de Espírito Santo e Minas Gerais. A RAP é de R\$8,8 milhões. O vencimento do contrato de concessão é em 17 de julho de 2025.

O valor de aquisição foi alocado entre os ativos adquiridos e passivos assumidos mensurados a valor justo, sendo que para o valor justo foi considerado ativo financeiro que não estava adequadamente reconhecido nos livros da adquirida.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e apuração do ativo de concessão foram definidos conforme laudo elaborado por consultoria independente durante o terceiro trimestre de 2013. O ativo de concessão apurado, no montante de R\$31.337, corresponde ao direito adquirido de operar e manter os ativos vinculados à concessão detida pela Evrecy e será amortizado no prazo de concessão da Evrecy.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis, de acordo com laudo, adquiridos da Evrecy são os seguintes:

	Contábil em 21.12.2012	Ajustes valor justo	Valor justo dos ativos líquidos
Caixa e equivalentes de caixa	7.982	-	7.982
Contas a receber (ativo de concessão)	22.206	2.941	25.147
Outros ativos	1.200	-	1.200
Ativo	31.388	2.941	34.329
Fornecedores	976	-	976
Tributos e encargos sociais a recolher	283	-	283
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.000	1.000
Outros passivos	176	-	176
Passivo	1.435	1.000	2.435
Patrimônio líquido	29.953	1.941	31.894
(-) Valor total pago			63.231
Ativo de concessão			31.337
Amortização do ativo de concessão			(3.735)
Ativo de concessão em 30 de junho de 2014			27.602

Notas Explicativas

(ii) Controladas em conjunto

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)

A IENNE foi constituída em 03 de dezembro de 2007 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão Colinas (Tocantins) – Ribeiro Gonçalves (Piauí) e Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí (Piauí), ambas em 500 kV, totalizando 720 km (Contrato de concessão nº 001/2008 – nota 1.2).

Em 2011, a IENNE recebeu autorização e iniciou a sua operação comercialmente.

Interligação Elétrica Sul S.A. (IESul)

A IESul foi constituída em 23 de julho de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes F e I do Leilão nº 004/2008 da ANEEL:

Lote	Composição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
F	Linha de transmissão Nova Santa Rita – Scharlau (RS)	230	013/2008
	Subestação Scharlau (RS)	230/138	
I	Linha de transmissão Joinville Norte (SC) – Curitiba C2 (PR)	230	016/2008
	Linha de transmissão Jorge Lacerda B – Siderópolis C3 (SC)	230	
	Subestação Forquilha (SC)	230/69	

Esse projeto tem investimento estimado em R\$248,8 milhões e RAP de R\$ 14,8 milhões (nota 1.2). A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010. A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto de 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 4º trimestre de 2014.

Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)

A IEMadeira foi constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL:

A linha de transmissão Porto Velho – Araraquara entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013. As estações Inversora e Retificadora entraram em operação comercial em 12 de maio de 2014.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)

A IEGaranhuns foi constituída em 07 de outubro de 2011 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas no Lote L do Leilão nº 004/2011 da ANEEL:

Notas Explicativas

Lote	Descrição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
L	Linha de transmissão Luiz Gonzaga – Garanhuns (AL, PE)	500	022/2011
	Linha de transmissão Garanhuns – Pau Ferro (PE)	500	
	Linha de transmissão Garanhuns – Campina Grande III (PE, PB)	500	
	Linha de transmissão Garanhuns – Angelim I (PE)	500	
	Subestação Garanhuns (PE)	500/230	
	Subestação Pau Ferro (PE)	500	

Este projeto tem investimento estimado em R\$752,6 milhões e RAP de R\$81,4 milhões (nota 1.2). A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para o 1º trimestre de 2015.

Notas Explicativas

(b) Movimentação dos investimentos

	Controladora									
	IEMG	Pinheiros	Serra do Japi	Evrecy	IENNE	IESul	IEMadeira	IEGaranhuns	Total	
Saldos em 31.12.2013	66.689	311.607	140.160	65.762	85.943	93.728	791.903	103.435	1.659.227	
Integralização de capital	1.200	-	-	-	-	2.550	68.850	59.670	132.270	
Equivalência Patrimonial	(41)	14.360	4.608	901	(1.135)	195	28.872	8.081	55.841	
Realização da perda na aquisição de controle	1.198	-	-	-	-	-	-	-	1.198	
Amortização do ativo de concessão	-	-	-	(1.245)	-	-	-	-	(1.245)	
Saldos em 30.06.2014	69.046	325.967	144.768	65.418	84.808	96.473	889.625	171.186	1.847.291	
										Consolidado
					IENNE	IESul	IEMadeira	IEGaranhuns	Total	
Saldos em 31.12.2013	85.943	93.728	791.903	103.435	1.075.009					
Integralização de capital	-	2.550	68.850	59.670	131.070					
Equivalência Patrimonial	(1.135)	195	28.872	8.081	36.013					
Saldos em 30.06.2014	84.808	96.473	889.625	171.186	1.242.092					

Notas Explicativas**13 Imobilizado**

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

Controladora e consolidado					
	30.06.2014		31.12.2013		Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		-%
Terrenos	2.060	-	2.060	2.060	-
Máquinas e equipamentos	2.978	(1.715)	1.263	1.058	6,25%
Móveis e utensílios	6.746	(4.793)	1.953	2.098	6,25%
Equipamentos de informática	10.187	(4.138)	6.049	4.125	24,8% (*)
Veículos	798	(667)	131	194	21,0%
Outros	2.121	(934)	1.187	835	4,0%
	24.890	(12.247)	12.643	10.370	

(*) Inclui leasing de equipamento de informática com taxa de 33,3%.

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora e consolidado					
	Saldos em 31.12.2013	Adições	Depreciação	Baixas	Saldos em 30.06.2014
Terrenos	2.060	-	-	-	2.060
Máquinas e equipamentos	1.058	273	(68)	-	1.263
Móveis e utensílios	2.098	-	(144)	(1)	1.953
Equipamentos de informática	4.125	2.980	(1.056)	-	6.049
Veículos	194	-	(63)	-	131
Outros	835	520	(3)	(165)	1.187
	10.370	3.773	(1.334)	(166)	12.643

Notas Explicativas

14 Intangível

Nas informações trimestrais individuais refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.

Nas informações trimestrais consolidadas, o montante de R\$27.602 refere-se ao ativo de concessão, apurado conforme laudo elaborado por consultoria independente (nota 12), gerado na aquisição da controlada Evrecy, que tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão. O ativo de concessão será amortizado de acordo com o prazo do contrato de concessão da controlada, que vence em 17 de julho de 2025, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Movimentação do intangível:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Saldo em 31.12.2013</u>	<u>14.195</u>	<u>46.069</u>
Adições	7.112	7.523
Amortização	<u>(3.011)</u>	<u>(4.256)</u>
<u>Saldo em 30.06.2014</u>	<u>18.296</u>	<u>49.336</u>

Notas Explicativas**15 Empréstimos e financiamentos**

Composição dos saldos de empréstimos e financiamentos:

Moeda nacional	Encargos	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
BNDES (a) (i)	TJLP + 1,8% a.a.	15.03.2029	96.555	-	96.555	-
BNDES (a) (i)	3,5% a.a.	15.01.2024	54.117	-	54.117	-
BNDES (a) (ii)	TJLP + 1,8% a.a.	15.06.2015	56.368	84.488	56.368	84.488
BNDES (a) (iii)	TJLP + 2,3% a.a.	15.06.2015	94.505	141.217	94.505	141.217
BNDES (a) (iv)	TJLP + 2,1% a.a.	15.02.2028	-	-	7.214	7.303
BNDES (a) (iv)	3,5% a.a.	15.04.2023	-	-	15.996	16.502
BNDES (a) (v)	TJLP + 2,6% a.a.	15.05.2026	-	-	42.355	44.210
BNDES (a) (v)	5,5% a.a.	15.01.2021	-	-	66.047	71.128
BNDES (a) (vi)	TJLP + 1,9% a.a.	15.05.2026	-	-	44.348	46.083
BNDES (a) (vi)	TJLP + 1,5% a.a.	15.05.2026	-	-	38.347	39.829
BNDES (a) (vii)	TJLP + 2,4% a.a.	15.04.2023	-	-	44.882	47.432
BNDES / Finame PSI	4,0% a.a.	15.08.2018	319	-	319	-
Eletrobras	8,0% a.a.	15.11.2021	264	290	264	290
Arrendamentos mercantis financeiros			2.465	3.355	2.465	3.355
Total em moeda nacional			304.593	229.350	563.782	501.837
Circulante			156.410	153.134	195.986	192.811
Não circulante			148.183	76.216	367.796	309.026

Notas Explicativas

(a) BNDES

- (i) Em 23 de dezembro de 2013, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$391,3 milhões, sendo R\$284,2 milhões ao custo de TJLP + 1,80% a.a, R\$1,9 milhões ao custo de TJLP, e R\$105,2 milhões ao custo de 3,50% a.a. O crédito é destinado à implantação do Plano de Investimentos Plurianual, relativo ao período 2012-2014, compreendendo obras referentes à modernização do sistema de transmissão de energia elétrica, melhorias sistêmicas, reforços e implantação de novos projetos, bem como à implantação de investimentos sociais no âmbito da comunidade. As liberações ocorreram em 29 de janeiro e 26 de junho de 2014 nos montante de R\$124,1 e R\$26,9 milhões, respectivamente.

Os juros serão cobrados trimestralmente (março, junho, setembro e dezembro) e mensalmente a partir de abril de 2015. O principal da dívida decorrente deste contrato deverá ser pago a partir de abril de 2015 através de prestações mensais, iguais e sucessivas em até 168 parcelas. Como garantia, a Companhia ofereceu fiança bancária contratada com vigência mínima de 2 anos com os bancos Bradesco e Safra, ao custo de 0,94% a.a. e 0,80% a.a. respectivamente, com vencimentos trimestrais.

- (ii) Em 18 de novembro de 2008, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$329,1 milhões, com amortização a partir de janeiro de 2011 em 54 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Como garantia, a Companhia ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 com os bancos Bradesco e Santander, ao custo de 1,2% a.a e 0,6% a.a respectivamente, com vencimentos trimestrais.

- (iii) Em 17 de setembro de 2007, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$764,2 milhões, reduzido para R\$601,7 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008, com amortização a partir de janeiro de 2009 em 78 parcelas mensais. Como garantia, a Companhia ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, com os bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais.

Os contratos relacionados aos itens (i), (ii) e (iii), apresentam os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração anual: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $\leq 3,5$ e Dívida Líquida/ Dívida Líquida + PL $\leq 0,6$.

Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%. Inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants).

- (iv) Em 13 de agosto de 2013, a controlada Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$23,5 milhões. Foram liberados R\$21,6 e R\$1,9 milhões em 12 de setembro e 11 de dezembro de 2013, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão nº 021/2011, com amortização em até 168 parcelas mensais a partir de 15 de março de 2014. A Pinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.

Notas Explicativas

- (v) Em 30 de dezembro de 2010, a controlada Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$119,9 milhões. Foram liberados R\$91,3 milhões e R\$28,6 milhões em 28 de janeiro e 27 de abril de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão, com amortização em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011. A Pinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (vi) Em 28 de outubro de 2011, a controlada Serra do Japi assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$93,3 milhões. Foram liberados R\$75,0, R\$15,0 e R\$3,3 milhões em 18 de novembro e 12 de dezembro de 2011 e 27 de fevereiro de 2012, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão, com amortização em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. A Serra do Japi deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 apurado anualmente.
- (vii) Em 14 de janeiro de 2009, a controlada IEMG assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita, com amortização a partir de 15 de maio 2009, em 168 parcelas mensais. A fiança bancária foi dispensada pelo BNDES em 15 de março de 2011. A IEMG deverá manter, durante todo o período de amortização, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.

Vencimentos das parcelas a longo prazo:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
2015	7.238	76.031	20.488	102.527
2016	13.115	46	39.611	26.542
2017	13.115	46	39.611	26.542
2018	13.083	40	39.579	26.536
2019	13.012	20	39.508	26.517
2020 a 2024	59.389	33	144.788	74.891
2025 a 2029	29.231	-	44.211	25.471
	148.183	76.216	367.796	309.026

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2013	229.350	501.837
Adições	151.368	151.368
Pagamentos de principal	(75.401)	(88.267)
Pagamentos de juros	(11.755)	(20.865)
Juros e variações monetárias e cambiais	11.031	19.709
Saldos em 30.06.2014	304.593	563.782

Notas Explicativas

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora às controladas, em seus contratos de financiamento, conforme abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Participação na controlada</u>	<u>Banco</u>	<u>Modalidade dívida</u>	<u>Saldo devedor em 30.06.2014</u>	<u>Modalidade garantias</u>	<u>Saldo garantido pela CTEEP</u>	<u>Término da garantia</u>
IEMG	100%	BNDES	FINEM	44.882	Não há	44.882	-
Serra do Japi	100%	BNDES	FINEM	82.695	Fiança bancária	82.695	15.08.2026
Pinheiros	100%	BNDES	FINEM e PSI	108.402	Fiança bancária	108.402	13.02.2015
Pinheiros	100%	BNDES	FINEM e PSI	23.210	Fiança bancária	23.210	23.08.2015
IESul	50%	BNDES	FINEM e PSI	15.460	Fiança bancária	7.730	05.10.2014
IESul	50%	BNDES	FINEM e PSI	21.160	Fiança bancária	10.580	10.08.2015
IENNE	25%	Banco do Nordeste	FNE	211.574	Fiança bancária	52.894	01.06.2015
IENNE	25%	Banco do Brasil	Conta garantida	18.169	Não há	4.542	-
IEMadeira	51%	Banco da Amazônia	crédito bancária	288.249	Fiança bancária	147.007	30.06.2016
IEMadeira	51%	BNDES	FINEM e PSI	1.778.295	Fiança bancária	906.930	30.06.2016
IEMadeira	51%	Itaú/BES	Debêntures de infraestrutura	392.177	Contra garantia	200.010	18.03.2025
IEGaranhuns	51%	BNDES	FINEM e PSI	286.889	Contra garantia	146.313	15.12.2028

Existe contra garantia da CTEEP nos contratos de fiança bancária e interveniência nos contratos de financiamento de BNDES, no limite de sua participação nas controladas.

Os contratos de BNDES e debêntures das controladas e controladas em conjunto possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros de forma semelhante àqueles mencionados no item (a) (iii), bem como cláusulas de “cross default” que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento dos indicadores.

Notas Explicativas**16 Debêntures**

	<u>Vencimento</u>	<u>Quan- tidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Controladora e consolidado</u>	
				<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
1ª série (i)	15.12.2014	49.100	CDI + 1,3% a.a. IPCA + 8,1%	162.734	162.518
2ª série (i)	15.12.2017	5.760	a.a.	56.449	75.147
Série única CTEEP (ii)	26.12.2018	50.000	116,0% do CDI a.a.	525.905	499.975
				745.088	737.640
Circulante				192.258	184.884
Não circulante				552.830	552.756

(i) Em dezembro de 2009, a CTEEP emitiu 54.860 debêntures, em duas séries, no montante total de R\$548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010.

- 1ª série: O vencimento das debêntures ocorre anualmente ao término do prazo de 5 anos da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração é paga semestralmente, nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.
- 2ª série: Os vencimentos das debêntures ocorrerão nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração é paga nas seguintes datas: 15 de junho de 2011, de 2012, de 2013 e de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017.

Os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,5 e EBITDA Ajustado/Resultado financeiro \geq 3,0, apurado trimestralmente.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

(ii) Em dezembro de 2013, a CTEEP emitiu 50.000 debêntures em série única, no montante total de R\$500,0 milhões. O vencimento das debêntures ocorrerá anualmente nos dias 26 de dezembro de 2016, de 2017 e de 2018; e a remuneração é paga semestralmente, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 26 de junho de 2016 e a última em 26 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

Vencimentos das parcelas a longo prazo:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
2015	18.254	17.580
2016	184.299	184.245
2017	184.325	184.269
2018	165.952	166.662
	<u>552.830</u>	<u>552.756</u>

Movimentação das debêntures:

Saldos em 31.12.2013	<u><u>737.640</u></u>
Pagamentos de principal	(18.884)
Pagamentos de juros	(18.947)
Juros e variações monetárias e cambiais	45.279
Saldos em 30.06.2014	<u><u>745.088</u></u>

17 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>Reapresentado 31.12.2013</u>
Imposto de renda	-	-	473	247
Contribuição social	-	-	302	160
COFINS	4.076	3.714	4.773	4.577
PIS	885	806	1.036	993
INSS	4.369	5.042	4.680	5.385
ISS	2.310	2.351	2.513	2.530
Outros	4.207	5.996	4.463	6.239
	<u>15.847</u>	<u>17.909</u>	<u>18.240</u>	<u>20.131</u>

Notas Explicativas

18 Impostos parcelados – Lei nº 11.941 – controladora e consolidado

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Companhia retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito relativo às contribuições do PIS e da COFINS. Para a quitação do débito a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$141.162 à vista, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$42.257. O saldo remanescente está sendo pago em 180 meses desde novembro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal Brasil (RFB) e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para pagamento a partir de 30 de junho de 2011, a primeira parcela no montante de R\$975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contada a partir de dezembro de 2009.

A movimentação no semestre findo em 30 de junho de 2014 é a seguinte:

	<u>30.06.2014</u>
Saldo Inicial	150.742
Atualização monetária sobre o débito	5.258
Pagamentos efetuados	<u>(7.100)</u>
	<u>148.900</u>
Circulante	<u>14.410</u>
Não circulante	<u>134.490</u>

19 PIS e COFINS diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
PIS diferido	11.287	9.805	17.827	21.019
COFINS diferido	<u>51.989</u>	<u>45.163</u>	<u>82.171</u>	<u>96.841</u>
	<u>63.276</u>	<u>54.968</u>	<u>99.998</u>	<u>117.860</u>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção. O recolhimento ocorre quando do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo financeiro.

Notas Explicativas**20 Encargos regulatórios a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	67.010	64.764	68.251	65.742
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	467	504	467	504
Reserva Global de Reversão – RGR (ii)	9.948	5.408	11.300	6.684
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.064	1.257	1.064	1.257
Taxa de fiscalização – ANEEL	-	-	593	499
	78.489	71.933	81.675	74.686
Circulante	56.336	35.913	59.522	38.666
Não circulante	22.153	36.020	22.153	36.020

(i) A Companhia e suas controladas reconhecem passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da finalização do projeto são submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL para, posterior, reconhecimento de liquidação da obrigação.

(ii) Conforme artigo 21 da Lei nº 12.783, a partir de 01 de janeiro de 2013, as concessionárias do serviço de transmissão de energia elétrica com os contratos de concessão prorrogados nos termos da referida Lei, ficam desobrigadas do recolhimento da quota anual da RGR. Para a Companhia aplica-se ao contrato nº 059/2001. Em 30 de junho de 2014, o saldo de RGR a pagar refere-se ao complemento do encargo referente aos exercícios de 2011 e 2012.

21 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Férias e encargos sociais	19.869	18.928	20.854	19.596
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	6.063	8.053	6.063	8.401
Contingências (a)	117.680	127.861	117.717	127.898
	143.612	154.842	144.634	155.895
Circulante	25.932	26.981	26.917	27.997
Não circulante	117.680	127.861	117.717	127.898

Notas Explicativas

(a) Provisão para contingências

As contingências são avaliadas trimestralmente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Trabalhistas (i)	99.971	103.197	100.008	103.234
Cíveis (ii)	10.442	15.855	10.442	15.855
Fiscais – IPTU (iii)	5.392	7.042	5.392	7.042
Previdenciárias – INSS (iv)	1.875	1.767	1.875	1.767
	117.680	127.861	117.717	127.898

(i) Trabalhistas

A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$57.315 (R\$65.511 em 31 de dezembro de 2013), conforme nota 11.

(ii) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados à instituição de servidão e desapropriação de imóveis onde sobrepõem linhas de transmissão, decorrentes do próprio negócio, na medida em que para sobrepassar linhas de transmissão a concessionária obtém a Declaração de Utilidade Pública para execução das obras e necessita indenizar os proprietários.

(iii) Fiscais - IPTU

A Companhia efetua provisão para fazer face aos débitos com prefeituras de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas.

(iv) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração iniciou procedimento de defesa e atualmente o valor do depósito judicial para este processo totaliza R\$1.226 (nota 11).

(v) Movimentação das provisões para contingências:

	Controladora				
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Previdenciárias - INSS	Total
Saldos em 31.12.2013	103.197	15.855	7.042	1.767	127.861
Constituição	1.969	375	-	-	2.344
Reversão/pagamento	(7.607)	(6.287)	(1.933)	-	(15.827)
Atualização	2.412	499	283	108	3.302
Saldos em 30.06.2014	99.971	10.442	5.392	1.875	117.680

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Previdenciárias - INSS	Total
Saldos em 31.12.2013	103.234	15.855	7.042	1.767	127.898
Constituição	1.969	375	-	-	2.344
Reversão/pagamento	(7.607)	(6.287)	(1.933)	-	(15.827)
Atualização	2.412	499	283	108	3.302
Saldos em 30.06.2014	100.008	10.442	5.392	1.875	117.717

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível - controladora e consolidado

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$228.916 em 30 de junho de 2014 (R\$171.001 em 31 de dezembro de 2013), concentradas principalmente em trabalhistas e fiscais que totalizam R\$210.755.

Classificação	Quantidade	Total
Trabalhistas	271	32.295
Cíveis	28	18.161
Fiscais – CSLL base negativa (i)	1	19.832
Fiscais – MANAD (ii)	1	16.983
Fiscais – Amortização ágio (iii)	2	124.721
Fiscais – IRPJ e CSLL (iv)	1	15.793
Fiscais – Outros	12	1.131
Plano Lei 4.819/58 (v)	1	-
		228.916

(i) Fiscais – CSLL base negativa

Processo decorrente de auto de infração lavrado em 2007, pela não comprovação da composição da base negativa da CSLL, oriundo do balanço de cisão parcial da CESP. Pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(ii) Fiscais – MANAD

Processo decorrente de auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 2011, em razão de atendimento de obrigação acessória referente entrega de arquivos digitais, relacionados ao Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD). Aguarda julgamento de recurso.

(iii) Fiscais – Amortização do ágio

Processo decorrente de auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 2013 e em 2014, referente a operação de ágio pago pela ISA no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP (nota 10). Pendentes de julgamento.

(iv) Fiscais – IRPJ e CSLL

Refere-se a pedido de compensação pleiteado pela empresa em maio de 2003, referente a saldo negativo de IRPJ e CSLL (exercício de 2002), no valor de R\$16,9 milhões compensado com débitos de IRPJ e CSLL, apurados nos meses de janeiro a março de 2003, o qual foi deferido parcialmente. Pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Notas Explicativas

(v) Plano Lei 4.819/58

Refere-se ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58, vide nota 34.

(c) Processos com probabilidade de perda classificada como remota - controladora e consolidado

(i) Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - “Eletropaulo”), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS como saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$429 milhões da Eletropaulo e R\$49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do pólo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta.

Em dezembro de 2012, foi publicada decisão que indeferiu a produção de provas requeridas pelas partes encerrando a liquidação por artigos, declarando que a responsabilidade pelo pagamento da condenação é da Eletropaulo, abatendo-se o montante depositado em juízo referente à ação consignatória. A Eletropaulo

Notas Explicativas

recorreu para que o processo retornasse a fase probatória para realização de prova pericial. Em 30 de junho de 2014, aguarda-se a realização de perícia.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS e aceita em juízo.

22 Valores a pagar – Fundação CESP - controladora e consolidado

A Companhia patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos com a Fundação CESP, que somado aos custos administrativos do fundo apresenta saldo de R\$5.977 em 30 de junho de 2014 (R\$6.091 em 31 de dezembro de 2013), referente às parcelas mensais a pagar como contribuição ao fundo.

(a) Plano “A” - complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Companhia (nota 34).

(b) Plano “B” e “B1” - suplementação de aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Companhia.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Companhia, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida – CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida – CD torna-se de Benefício Definido - BD. Os planos “B” e “B1” foram fusionados financeiramente constituindo-se o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

(c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Companhia, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

Notas Explicativas

Durante o trimestre não houve variação significativa no número de participantes dos planos e nas premissas utilizadas pela Companhia em relação ao informado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 (nota 22 (d)).

23 Obrigações especiais – Reversão/Amortização

O saldo em 31 de dezembro de 2013, de R\$24.053, refere-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, a Companhia paga 5% sobre o valor da Reserva, à título de juros. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

24 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$2.300.000, sendo R\$971.523 em ações ordinárias e R\$1.328.477 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$2.000.000, está representado por ações ordinárias e preferenciais, como segue:

	<u>30.06.2014</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>R\$ mil</u>
ON	64.484.433	844.802	64.484.433	844.802
PN	88.177.132	1.155.198	88.177.132	1.155.198
	<u>152.661.565</u>	<u>2.000.000</u>	<u>152.661.565</u>	<u>2.000.000</u>

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos de 10% ao ano, não-cumulativos, calculados sobre o capital integralizado correspondente a essa espécie de ações.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2014, foi deliberado o pagamento, em 31 de julho de 2014, de dividendos referente ao lucro de 2013, no montante de R\$30.000, correspondentes a R\$0,196514 por ação.

O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos até 30 de junho de 2014 é de R\$199.493 (R\$17 até 30 de junho de 2013).

O estatuto social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 10% do capital social, equivalente a R\$200.000, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

Notas Explicativas

(c) Reservas de capital

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Subvenções para investimento – CRC (i)	426.710	426.710
Remuneração das imobilizações em curso (ii)	633.053	633.053
Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
Incentivos fiscais - FINAM	6.743	6.743
Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 10)	147.912	147.912
	<u>1.364.907</u>	<u>1.364.907</u>

(i) Subvenções para investimentos - CRC

A Conta de Resultados a Compensar (CRC) foi instituída pelo Decreto nº 41.019/1957 e pela Lei nº 5.655/1971 para remunerar as concessionárias de energia elétrica por certos investimentos por ela realizados. A Lei nº 8.631/1993 extinguiu a CRC e, posteriormente, a Lei nº 8.724/1993 estabeleceu que os créditos de CRC, fossem registrados no patrimônio líquido como subvenção para investimento à conta de “Reserva de Capital”.

Conforme facultado pelo CPC nº13, a Companhia optou por manter o saldo existente em 31 de dezembro de 2007 referente à CRC, bem como as demais doações e subvenções para investimentos registrados como reserva de capital no patrimônio líquido, até sua total utilização nas formas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Remuneração das imobilizações em curso

Trata-se de créditos resultantes da capitalização da remuneração calculada sobre os recursos de capital próprio utilizados durante a construção de ativos imobilizados, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de 1999, a Companhia abandonou essa prática, conforme facultado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

(d) Reservas de lucro

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Reserva legal (i)	234.121	234.121
Reserva estatutária (ii)	116.263	116.263
Reserva de retenção de lucros (iv)	1.166.490	1.166.490
	<u>1.516.874</u>	<u>1.516.874</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária

O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição de reserva para investimento na expansão das atividades à taxa de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, até o limite de 10% do capital social.

Notas Explicativas

(iv) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, o lucro retido de exercícios anteriores, que se destina a atender o orçamento de capital para os próximos três exercícios sociais, deliberado em Assembleia Geral de Acionistas de 2014.

(e) Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

Para o cálculo do lucro ou prejuízo diluído por ação, a Companhia realizou estimativa para a média das ações ordinárias e preferenciais em circulação considerando ações que poderão ser emitidas através da capitalização da reserva especial de ágio na incorporação em favor do acionista controlador.

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, à medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da sua controladora, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro ou prejuízo por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 30 de junho de 2014 e de 2013, as condições para emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio foram atendidas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Lucro básico e diluído por ação				
Lucro líquido – R\$ mil	90.111	47.395	175.653	118.417
Média ponderada de ações				
Ordinárias	64.484.433	64.484.433	64.484.433	64.484.433
Preferenciais	88.177.132	88.177.132	88.177.132	88.177.132
	<u>152.661.565</u>	<u>152.661.565</u>	<u>152.661.565</u>	<u>152.661.565</u>
Média ponderada ajustada de ações				
Ordinárias	67.775.409	67.454.595	67.745.969	67.503.410
Preferenciais	93.864.323	92.370.927	94.008.246	92.404.196
	<u>161.639.732</u>	<u>159.825.522</u>	<u>161.754.215</u>	<u>159.907.606</u>
Lucro básico por ação	<u>0,59026</u>	<u>0,31046</u>	<u>1,15060</u>	<u>0,77568</u>
Lucro diluído por ação	<u>0,55748</u>	<u>0,29654</u>	<u>1,08592</u>	<u>0,74053</u>

Notas Explicativas

25 Receita operacional líquida

25.1 Composição da receita operacional líquida

	Controladora			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Receita bruta				
Construção (a) (nota 7)	38.065	30.534	75.794	55.079
Operação e Manutenção (a) (nota 7)	159.951	149.092	322.983	288.155
Financeira (b) (nota 7)	20.883	21.453	40.384	48.457
Aluguéis	3.989	3.572	8.151	7.216
Prestação de serviços	1.795	1.680	3.708	3.316
Total da receita bruta	224.683	206.331	451.020	402.223
Tributos sobre a receita				
COFINS	(16.024)	(15.405)	(32.166)	(30.817)
PIS	(3.479)	(3.344)	(6.984)	(6.689)
ISS	(78)	(84)	(170)	(165)
	(19.581)	(18.833)	(39.320)	(37.671)
Encargos regulatórios				
Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-	-	(892)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.551)	(2.168)	(2.986)	(5.693)
Reserva Global de Reversão – RGR	(126)	(108)	(252)	(215)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(1.579)	(1.523)	(3.177)	(2.938)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(3.535)	(4.717)	(6.806)	(9.520)
	(6.791)	(8.516)	(13.221)	(19.258)
	198.311	178.982	398.479	345.294

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Receita bruta				
Construção (a) (nota 7)	40.439	39.326	81.153	85.838
Operação e Manutenção (a) (nota 7)	166.212	155.248	334.326	298.923
Financeira (b) (nota 7)	34.425	35.683	72.584	74.500
Aluguéis	3.989	3.572	8.151	7.216
Prestação de serviços	1.308	1.415	2.446	2.825
Total da receita bruta	246.373	235.244	498.660	469.302
Tributos sobre a receita				
COFINS	(16.688)	(16.908)	(32.871)	(34.775)
PIS	(3.622)	(3.668)	(7.136)	(7.547)
ISS	(78)	(84)	(170)	(165)
	(20.388)	(20.660)	(40.177)	(42.487)
Encargos regulatórios				
Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-	-	(892)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.551)	(2.168)	(2.986)	(5.693)
Reserva Global de Reversão – RGR	(724)	(641)	(1.419)	(1.240)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(1.801)	(1.718)	(3.611)	(3.312)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(3.535)	(4.717)	(6.806)	(9.520)
	(7.611)	(9.244)	(14.822)	(20.657)
	218.374	205.340	443.661	406.158

(a) Serviços de Construção e Operação e Manutenção

A receita relacionada aos serviços de construção sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil inicial deste ativo.

Notas Explicativas

25.2 Revisão tarifária periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, por intermédio da ANEEL, a cada quatro e cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária. De acordo com o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 059/2001 assinado em 04 de dezembro de 2012, a próxima revisão tarifária periódica ocorrerá em julho/18.

Em 2013 a Companhia passou a reconhecer receita de construção para melhorias das instalações de energia elétrica, conforme previsto no despacho da ANEEL nº 4.413 de 27 de dezembro de 2013 e Resolução Normativa nº 443 de 26 de julho de 2011, que será considerada na base da próxima revisão tarifária periódica.

A receita licitada associada ao contrato de concessão nº 143/2001, não está sujeita a revisão tarifária periódica.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNI;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A primeira revisão tarifária periódica da IEMG foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.299, de 19 de junho de 2012, reduzindo a RAP em 5,0%, vigente a partir de 01 de julho de 2012.

A primeira revisão tarifária periódica da IENNE foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.540, de 18 de junho de 2013, reduzindo a RAP em 8,9%, vigente a partir de 01 de julho de 2013.

A última revisão tarifária periódica da EVRECY foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.538, de 18 de junho de 2013, reduzindo a RAP em 16,0%, vigente a partir de 01 de julho de 2013. Por meio do Despacho nº 562, de 11 de maio de 2014, a Diretoria Colegiada da ANEEL deu provimento parcial ao pedido de reconsideração interposto pela Evrecy contra a REH nº 1.538/2013 que homologou o resultado da sua segunda revisão periódica. Dessa forma, a RAP da Evrecy referente às instalações revisadas foi reposicionada com redução de 3,9%.

A primeira revisão tarifária periódica da Pinheiros foi definida por intermédio das Resoluções Homologatórias nº 1.755 e nº 1.762 de 24 de junho e 09 de julho de 2014, respectivamente, reduzindo a RAP em 4,6%, para o contrato 018/2008, em 6,8% para o contrato 012/2008 e em 2,8% para o contrato 015/2008, vigentes a partir de 01 de julho de 2014.

A primeira revisão tarifária periódica da IESul foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.755, de 24 de junho de 2014, reduzindo a RAP em 4,6%, vigente a partir de 01 de julho de 2014.

A primeira revisão tarifária periódica da IEMadeira foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.755, de 24 de junho de 2014, reduzindo a RAP em 4,5% para o contrato 013/2009 e 3,81% para o contrato 015/2009, vigentes a partir de 01 de julho de 2014.

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

Notas Explicativas

25.3 Parcela Variável – PV e Adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 270 de 9 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável – PV e o Adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras devido a indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Resolução Normativa (REN) n.º 512, de 30 de outubro de 2012, alterou a REN n.º 270/07, incluindo o §3 ao artigo 3º, o qual extingue o adicional à RAP para as funções de transmissão alcançadas pela Lei n.º 12.783/2013.

25.4 Reajuste anual da receita

Em 24 de junho de 2014, foi publicada a Resolução Homologatória n.º 1.756, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

De acordo com a Resolução Homologatória n.º 1.756, a RAP e valores correspondentes a parcela de ajuste da CTEEP (contratos n.º 143 e 059/2001), líquidas de PIS e COFINS, (denominada Receita Total) que era de R\$542.056 em 01 de julho de 2013, passou para R\$659.912 em 01 de julho de 2014, apresentando um incremento de R\$117.856, equivalente a 21,7%. Sendo 6,9% do ajuste de IPCA/IGPM, 11,2% da variação da parcela de ajuste e 3,6% de RAP adicional para novos investimentos.

A Receita Total da Companhia em conjunto com suas controladas, que era de R\$630.159 em 01 de julho de 2013, passou para R\$762.887 em 01 de julho de 2014, apresentando um incremento de R\$132.728, equivalente a 21,1%. Sendo 6,9% do ajuste de IPCA/IGPM e 9,9% da variação da parcela de ajuste e 4,3% de RAP adicional para novos investimentos.

A Receita Total da Companhia, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2014 até 30 de junho de 2015 apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
059/2001	403.615	26.027	-	26.948	169.876	20.288	(6.060)	640.694
143/2001	-	-	19.017	201	-	-	-	19.218
	403.615	26.027	19.017	27.149	169.876	20.288	(6.060)	659.912

Notas Explicativas

A Receita Total da Companhia e suas controladas, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2013 até 30 de junho de 2014 apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT				Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	
059/2001	403.615	26.027	-	26.948	169.876	20.288	-	(6.060)	640.694
143/2001	-	-	19.017	201	-	-	-	-	19.218
004/2007	-	-	15.281	(967)	-	-	-	-	14.314
012/2008	-	-	7.635	17	-	676	1.151	-	9.479
015/2008	-	10.133	14.502	(1.235)	-	1.170	355	(4)	24.921
018/2008	-	42	3.730	(26)	-	1.299	45	(1)	5.089
021/2011	-	-	3.803	(1.155)	-	-	1.395	-	4.043
026/2009	-	-	24.420	2.313	-	-	5.554	336	32.623
020/2008	-	9.772	-	398	-	2.150	-	186	12.506
	403.615	45.974	88.388	26.494	169.876	25.583	8.500	(5.543)	762.887

Com a revisão tarifária periódica da controlada Pinheiros (item 25.2) a Receita Total da Companhia e suas controladas apresenta uma redução de 0,2% passando de R\$762.887 para R\$761.531.

26 Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

a) Controladora

	Trimestre findo em			
			30.06.2014	30.06.2013
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(50.776)	(9.458)	(60.234)	(59.465)
Serviços	(32.259)	(8.756)	(41.015)	(48.569)
Depreciação	-	(2.327)	(2.327)	(1.817)
Materiais	(16.434)	(229)	(16.663)	(21.391)
Arrendamentos e aluguéis	(1.789)	(1.394)	(3.183)	(3.508)
Contingências	-	(2.564)	(2.564)	(24.566)
Outros	(5.521)	(3.756)	(9.277)	(13.287)
	(106.779)	(28.484)	(135.263)	(172.603)

Notas Explicativas

	Semestre findo em			
			30.06.2014	30.06.2013
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(98.267)	(18.534)	(116.801)	(128.618)
Serviços	(61.667)	(16.219)	(77.886)	(91.610)
Depreciação	-	(4.345)	(4.345)	(3.637)
Materiais	(26.497)	(457)	(26.954)	(41.424)
Arrendamentos e aluguéis	(4.098)	(2.848)	(6.946)	(7.010)
Contingências	-	(11.032)	(11.032)	(31.947)
Outros	(13.054)	(6.766)	(19.820)	(23.484)
	(203.583)	(60.201)	(263.784)	(327.730)

b) Consolidado

	Trimestre findo em			
			30.06.2014	30.06.2013
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(52.743)	(9.821)	(62.564)	(61.227)
Serviços	(33.806)	(9.206)	(43.012)	(50.411)
Depreciação	-	(2.327)	(2.327)	(1.817)
Materiais	(19.992)	(241)	(20.233)	(32.266)
Arrendamentos e aluguéis	(1.818)	(1.509)	(3.327)	(3.576)
Contingências	-	(2.564)	(2.564)	(24.566)
Outros	(5.657)	(3.909)	(9.566)	(13.607)
	(114.016)	(29.577)	(143.593)	(187.470)

	Semestre findo em			
			30.06.2014	30.06.2013
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(102.132)	(19.385)	(121.517)	(132.229)
Serviços	(64.623)	(16.869)	(81.492)	(95.497)
Depreciação	-	(4.345)	(4.345)	(3.637)
Materiais	(34.420)	(490)	(34.910)	(73.962)
Arrendamentos e aluguéis	(4.149)	(3.073)	(7.222)	(7.113)
Contingências	-	(11.032)	(11.032)	(31.947)
Outros	(13.328)	(7.191)	(20.519)	(24.080)
	(218.652)	(62.385)	(281.037)	(368.465)

Dos custos demonstrados acima, os custos de construção da controladora totalizaram R\$68.783 em 30 de junho de 2014 e R\$49.984 em 30 de junho de 2013. Os custos de construção consolidados totalizaram R\$73.602 em 30 de junho de 2014 e R\$78.064 em 30 de junho de 2013. A respectiva receita de

Notas Explicativas

construção, demonstrada na nota 25.1, é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as controladas em fase pré-operacional, exercício de 2013, acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção.

27 Resultado financeiro

	Controladora			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	13.422	19.921	25.932	39.055
Juros ativos	9.774	18.085	21.539	44.723
Variações monetárias, líquidas	18.598	16.702	37.227	47.286
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	-	-	864
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	1.864	-	12.061
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	15.276	-	20.194
Outras	421	223	653	1.258
	<u>42.215</u>	<u>72.071</u>	<u>85.351</u>	<u>165.441</u>
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(5.645)	(6.563)	(11.022)	(13.927)
Juros passivos	(3.014)	(2.362)	(5.952)	(4.611)
Encargos sobre notas promissórias	-	-	-	(1.115)
Encargos sobre debêntures	(21.756)	(22.746)	(42.320)	(43.137)
Encargos (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	(1.415)	-	(3.547)
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	(345)	-	(345)
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	(18.384)	-	(24.841)
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	(3.675)	-	(12.778)
Outras	(506)	(171)	(694)	(1.130)
	<u>(30.921)</u>	<u>(55.661)</u>	<u>(59.988)</u>	<u>(105.431)</u>
	<u>11.294</u>	<u>16.410</u>	<u>25.363</u>	<u>60.010</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	14.043	20.294	27.287	39.731
Juros ativos	9.780	18.085	21.546	44.723
Variações monetárias	18.572	16.702	37.180	47.286
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	-	-	864
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	1.864	-	12.061
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	15.276	-	20.194
Outras	427	224	659	1.263
	<u>42.822</u>	<u>72.445</u>	<u>86.672</u>	<u>166.122</u>
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(10.652)	(11.372)	(20.801)	(23.560)
Juros passivos	(3.025)	(2.379)	(5.978)	(4.640)
Encargos sobre notas promissórias	-	-	-	(1.115)
Encargos sobre debêntures	(21.756)	(22.746)	(42.320)	(43.137)
Encargos (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	(1.415)	-	(3.547)
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	(345)	-	(345)
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	(18.384)	-	(24.841)
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	(3.675)	-	(12.778)
Outras	(727)	(239)	(1.052)	(1.238)
	<u>(36.160)</u>	<u>(60.555)</u>	<u>(70.151)</u>	<u>(115.201)</u>
	<u>6.662</u>	<u>11.890</u>	<u>16.521</u>	<u>50.921</u>

As captações internacionais, no semestre de 2013, apresentaram uma despesa de variação cambial líquida de R\$12.780 e encargos de R\$3.547. Em contrapartida, o ajuste de *Swap* gerou uma receita líquida de R\$7.416. A Companhia possuía duas operações para captação de recursos externos liquidadas em 26 de abril de 2013 e em 21 de outubro de 2013.

28 Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais referem-se, substancialmente: (i) à amortização do ágio incorporado da controladora (nota 10), no montante de R\$14.943; e (ii) crédito extemporâneo de PIS e COFINS, nota 9, no montante de R\$21.398.

Notas Explicativas

29 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) a Companhia e suas controladas IEMG, Pinheiros, Serra do Japi e Evrecy estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas IEMG, Pinheiros, Serra do Japi e Evrecy que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

(a) Conciliação da alíquota efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	115.196	47.162	222.148	133.042
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(39.167)	(16.035)	(75.530)	(45.234)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre Capital Próprio	66	-	130	-
Realização de perdas	(116)	(949)	(133)	(968)
Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (nota 10)	4.932	4.932	9.863	9.863
Equivalência Patrimonial	9.206	10.041	18.986	18.214
Outros	(6)	2.244	189	3.500
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(25.085)	233	(46.495)	(14.625)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(12.426)	(13.401)	(19.875)	(76.478)
Diferido	(12.659)	13.634	(26.620)	61.853
	(25.085)	233	(46.495)	(14.625)
Alíquota efetiva	21,8%	-0,5%	20,9%	11,0%

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Semestre findo em	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	116.072	48.334	221.407	135.004
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(39.464)	(16.434)	(75.278)	(45.901)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre Capital Próprio	66	-	130	-
Realização de perdas	(116)	(949)	(133)	(968)
Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (nota 10)	4.932	4.932	9.863	9.863
Equivalência Patrimonial	7.089	8.070	12.244	15.128
Efeito adoção lucro presumido controladas (i)	1.538	1.198	7.231	1.791
Outros	(6)	2.244	189	3.500
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(25.961)</u>	<u>(939)</u>	<u>(45.754)</u>	<u>(16.587)</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(13.351)	(14.186)	(21.726)	(77.898)
Diferido	(12.610)	13.247	(24.028)	61.311
	<u>(25.961)</u>	<u>(939)</u>	<u>(45.754)</u>	<u>(16.587)</u>
Alíquota efetiva	<u>22,4%</u>	<u>1,9%</u>	<u>20,7%</u>	<u>12,3%</u>

(i) Controladas IEMG, Pinheiros, Serra do Japi e Evreco.

A alíquota utilizada nas apurações de 2014 e 2013 é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

Notas Explicativas

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos / (Passivos)	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Provisão SEFAZ-SP (nota 8)	175.527	175.527	175.527	175.527
Provisão para contingências	40.011	43.472	40.024	43.485
Contrato de concessão (ICPC 01)	(18.318)	(4.250)	(50.286)	(38.797)
Reversão de ativos (ICPC 01) (ii)	11.768	16.063	11.768	16.063
Reversão de ativos (ii)	(19.305)	(26.199)	(19.305)	(26.199)
Demais diferenças temporárias	2.965	14.655	2.965	14.642
Líquido	192.648	219.268	160.693	184.721
Ativo	192.648	219.268	192.648	219.268
Passivo*	-	-	31.955	34.547

*Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o saldo do passivo consolidado refere-se ao saldo das controladas, por isso não se encontra líquido.

(ii) A Companhia apurou ganho de capital, para fins fiscais, devido a reversão dos ativos imobilizados, prevista na Lei nº 12.783 e quinto aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001 assinado em 04 de dezembro de 2012, no montante de R\$250.231 (que para fins societários corresponde a R\$97.497). Com base no Decreto-Lei nº 1.598/77 o ganho de capital poderá ser reconhecido para fins de apuração do lucro real na proporção da parcela do preço recebida, se o recebimento de parte ou todo for superior ao exercício social vigente. As parcelas recebidas até 30 de junho de 2014 totalizam, aproximadamente, 77,0% do valor total a receber das instalações do NI.

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

(c) Avaliação dos impactos da Lei nº 12.973/14

A Medida Provisória (MP) nº 627 de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, convertidas em Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

A Companhia está em processo de finalização dos estudos que suportam a decisão quanto a adoção antecipada da Lei nº 12.973/14, cujo prazo para opção antecipada está pendente de definição pela RFB. Com base nas análises realizadas até o presente momento não são estimados impactos relevantes.

Notas Explicativas

30 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	30.06.2014		31.12.2013		30.06.2014	30.06.2013
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Benefícios de curto prazo*	Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	(1.957)	(2.665)
Dividendos	ISA Capital	-	-	-	75.611	-	-
Sublocação	ISA Capital	24	-	24	-	161	178
	IEMG	7	-	6	-	39	38
	Pinheiros	13	-	13	-	83	77
	Serra do Japi	15	-	12	-	81	77
	Evrecy	11	-	5	-	47	10
	IENNE	9	-	8	-	55	54
	IESul	5	-	5	-	32	26
		84	-	73	-	498	460
Prestação de serviços	ISA Capital	12	-	12	-	70	70
	Pinheiros	93	-	88	-	548	356
	Serra do Japi	24	-	23	-	143	135
	Evrecy	57	-	-	-	571	-
	IEMadeira	37	-	38	-	200	601
		223	-	161	-	1.532	1.162

*Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Companhia e no consolidado apresenta saldo de R\$2.366 (R\$2.932 em 30 de junho de 2013).

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a ISA Capital abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Pinheiros.

Notas Explicativas

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Em 2012, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Serra do Japi.

Em 2013, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Evrecy.

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

31 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos financeiros				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	1.024	1.257	3.710	4.270
Aplicações financeiras	518.368	578.547	529.260	595.756
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber				
Circulante	748.572	677.053	821.396	749.388
Não circulante	2.186.543	2.387.060	2.996.506	3.218.954
Valores a receber – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo				
Não circulante	710.881	643.027	710.881	643.027
Créditos com controladas	271	198	51	51
Cauções e depósitos vinculados	68.086	76.282	68.086	76.282
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	156.410	153.134	195.986	192.811
Não circulante	148.183	76.216	367.796	309.026
Debêntures				
Circulante	192.258	184.884	192.258	184.884
Não circulante	552.830	552.756	552.830	552.756
Fornecedores	20.508	22.631	38.427	50.356
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	33.398	204.092	33.398	204.092

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Os instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, são valorizados conforme Nível I e para os instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo, são valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

Notas Explicativas

(b) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

• Índice de endividamento

Índice de endividamento no final do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	156.410	153.134	195.986	192.811
Não circulante	148.183	76.216	367.796	309.026
Debêntures				
Circulante	192.258	184.884	192.258	184.884
Não circulante	552.830	552.756	552.830	552.756
Dívida total	1.049.681	966.990	1.308.870	1.239.477
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	519.392	579.804	532.970	600.026
Dívida líquida	530.289	387.186	775.900	639.451
Patrimônio líquido	5.059.357	4.912.447	5.059.357	4.912.447
Índice de endividamento líquido	10,5%	7,9%	15,3%	13,0%

A CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento (notas 15 e 16).

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia e suas controladas mantem contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária. Tendo em vista que o setor de energia elétrica é altamente regulado com receita assegurada e garantias, o risco de inadimplência é minimizado.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA e IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 25.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 15 e 16).

Notas Explicativas

- (iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Companhia e suas controladas não possuem financiamentos, contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira. Demais exposições aos efeitos de oscilações cambiais são consideradas irrelevantes e correspondem a eventuais importações de equipamentos.
- (v) **Risco de captação** – A Companhia e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (vi) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia e suas controladas são provenientes de:
- Suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL; e
 - Direito de valores a receber pela prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 regulamentado pela Lei nº 12.783/2013, cuja determinação de parte do valor e forma de pagamento estão penderes de definição pelo Poder Concedente (nota 1.2).

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

(d) Análise de sensibilidade

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Companhia. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de juros em 30 de setembro de 2014, que são informadas nos quadros de Risco de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

Notas Explicativas

Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Controladora						
Operação	Risco	Cenário Provável	Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	102,25% CDI	14.104	17.460	20.755	10.682	7.194
Passivos financeiros						
Debêntures 1º série	CDI+1,30%	4.876	5.912	6.930	3.820	2.744
Debêntures 2º série	IPCA+8,10%	2.017	2.238	2.457	1.793	1.566
Debêntures Série única	116,0% CDI a.a.	26.784	30.673	34.483	22.810	18.748
FINEM BNDES (i), (ii) e (iii)	TJLP+1,80% a 2,30%	4.270	4.215	4.833	2.962	2.328
Efeito líquido da variação		(23.843)	(25.578)	(27.948)	(20.703)	(18.192)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros						
100% CDI (setembro de 2014)		11,07%	13,84%	16,61%	8,30%	5,54%

Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado						
Operação	Risco	Cenário Provável	Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	96,5% a 103,0% CDI	14.754	18.266	21.713	10.953	7.374
Passivos financeiros						
Debêntures 1º série	CDI+1,30%	4.876	5.912	6.930	3.820	2.744
Debêntures 2º série	IPCA+8,10%	2.017	2.238	2.457	1.793	1.566
Debêntures Série única	116,0% CDI a.a.	26.784	30.673	34.483	22.810	18.748
FINEM BNDES (i), (ii) e (iii)	TJLP+1,80% a 2,30%	4.270	4.215	4.833	2.962	2.328
BNDES (Controladas)	TJLP + 1,55% a 2,62% aa	3.579	4.114	4.645	3.038	2.493
Efeito líquido da variação		(26.772)	(28.886)	(31.635)	(23.470)	(20.505)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros						
100% CDI (setembro de 2014)		11,07%	13,84%	16,61%	8,30%	5,54%

Notas Explicativas

32 Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais

Os principais compromissos assumidos pela Companhia e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	Controladora e consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013
Até um ano	7.056	7.346
Mais de um ano até cinco anos	16.326	12.871
	23.382	20.217

33 Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Controladora			
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	01/03/14 a 01/03/15	2.262.437	3.167
Responsabilidade Civil Geral (b)	01/09/13 a 01/09/14	20.000	162
Transportes Nacionais (c)	30/09/13 a 30/09/14	90.987	8
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/14 a 01/05/15	50.643	2
Automóveis (e)	02/03/14 a 02/03/15	Valor de mercado	22
Garantia Judicial (f)	29/11/13 a 11/06/17	17.698	301
			3.662
Consolidado			
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	01/03/14 a 01/03/15	2.662.316	3.510
Responsabilidade Civil Geral (b)	01/09/13 a 01/09/14	20.000	162
Transportes Nacionais (c)	30/09/13 a 30/09/14	90.987	8
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/14 a 01/05/15	50.643	2
Automóveis (e)	02/03/14 a 02/03/15	Valor de mercado	22
Garantia Judicial (f)	29/11/13 a 11/06/17	17.698	301
			4.005

Notas Explicativas

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Sub-Claúsula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
- (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.
- (f) **Garantia Judicial** – substituição de cauções e/ou depósitos judiciais efetuados junto ao Poder Judiciário.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

34 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações com direito de controle e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a SEFAZ-SP e a CTEEP, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da SEFAZ-SP, repassados por meio da CESP e posteriormente da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a SEFAZ-SP passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da CTEEP e da Fundação CESP, em montantes inferiores àqueles historicamente pagos até dezembro de 2003.

- (a) Ação da 2ª Vara da Fazenda Pública

Este fato gerou a propositura de demandas judiciais por parte dos aposentados, destacando-se a Ação Civil Pública, com decisão judicial da 2ª Vara da Fazenda Pública, proferida em junho de 2005, julgando improcedente o pedido de complementação de aposentadoria e responsabilizando a SEFAZ-SP pela complementação de aposentadorias. No referido processo, em outubro de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou competente a justiça comum para questões relacionadas à previdência privada, mantendo-se a tramitação desta ação.

Notas Explicativas

(b) Ação da 49ª Vara do Trabalho

Em contraposição à decisão anteriormente proferida, decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferiu a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP.

Para o cumprimento das decisões judiciais, a CTEEP solicita mensalmente os recursos necessários à SEFAZ-SP, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários. Referida ação condenou a SEFAZ-SP, a CESP a Fundação CESP e a CTEEP.

Em decorrência da existência de processos em Varas de competências distintas, pende definição de qual decisão prevalecerá, o que poderá tornar nula a decisão da Justiça Trabalhista.

(c) Conflito de competência

Em 20 de fevereiro de 2013, o STF, em julgamento de recurso relativo a discussões jurídicas de outras partes e não relacionadas a esta ação, sedimentou jurisprudência pela competência da Justiça Comum para decidir casos que versem sobre previdência complementar. O posicionamento do plenário do STF foi no sentido de que “a competência para o processamento de ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência complementar é da Justiça comum, dada a autonomia do Direito Previdenciário em relação ao Direito do Trabalho”.

A decisão do STF, no caso, mencionada no parágrafo anterior, confirmou a competência da Justiça Comum para o processamento de ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência complementar. Esse posicionamento servirá como precedente para o julgamento do conflito de competência que envolve o caso específico da CTEEP em relação à Lei 4.819/58, o qual já se encontra concluso ao Ministro do STF desde 09 de abril de 2013. Em novembro de 2013, o STF julgou o conflito de competência negando-o, esta decisão pende de recurso.

(d) Ação de cobrança

A SEFAZ-SP vem repassando à CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho.

Por força dessa decisão, a CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a junho de 2014, o valor de R\$2.855.086 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da SEFAZ-SP o valor de R\$1.855.834 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela SEFAZ-SP, no montante de R\$999.252 (nota 8 (a)), tem sido requerida pela CTEEP para ressarcimento por parte da SEFAZ-SP. Adicionalmente, há valores relacionados a ações trabalhistas quitados pela Companhia e de responsabilidade do Governo do Estado, no montante de R\$227.884 (nota 8 (b)), perfazendo um total de R\$1.227.136.

Em dezembro de 2010, a CTEEP ingressou com ação de cobrança contra a SEFAZ-SP, visando reaver os valores até então não recebidos decorrentes desse assunto. Em 13 de maio de 2013, foi proferida sentença extinguindo a ação de cobrança, sem julgamento de mérito, para a qual foi apresentado embargos de declaração, os quais, em 27 de agosto de 2013, foram conhecidos para reparar omissão contida na referida decisão. O recurso de apelação para que o processo retorne à Vara de origem para julgamento do mérito foi protocolado em setembro de 2013 e encontra-se pendente de julgamento. Tal intercorrência processual posterga o prazo de realização do ativo pretendido na referida ação.

Notas Explicativas

(e) Ação da Associação dos Aposentados

No segundo semestre de 2012, a Associação dos Aposentados da Fundação CESP propôs ação judicial de nº 0022576-08.2012.8.26.0053, contra a SEFAZ-SP, requerendo sua condenação ao ressarcimento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, para que referido plano possa fazer frente aos pagamentos das aposentadorias e pensões.

(f) Mandado de Segurança – Sindicato de Campinas

Em 19 de abril de 2013, por meio de Ofício da SEFAZ-SP, esta reconheceu a efetivação de repasses à CTEEP de valores anteriormente glosados, relacionados a determinadas rubricas que compõem parcialmente o valor não repassado e necessário ao fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho. O reconhecimento da SEFAZ-SP se deu por força do trânsito em julgado de decisão, no mesmo sentido, proferida nos autos de Mandado de Segurança Coletivo, ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Campinas, que determinou que a SEFAZ-SP mantivesse os pagamentos das complementações de aposentadoria e pensão dos aposentados, sem supressão de tais verbas.

Por conta desta decisão, os pagamentos aos aposentados que pertencem ao sindicato mencionado acima, a partir de 19 de abril de 2013, têm sido assumidos pela SEFAZ-SP. A Administração da CTEEP, amparada por posição favorável de seus consultores jurídicos, entende que essa decisão fornece precedente importante para que verbas de mesma natureza, tanto para o grupo de aposentados daquele sindicato, bem como para outros aposentados, sejam reconhecidas de responsabilidade da SEFAZ-SP. Medidas serão analisadas pela CTEEP, por meio de seus consultores jurídicos, para que a SEFAZ-SP reconheça a responsabilidade por verbas de mesma natureza para toda a população de aposentados.

Posicionamento CTEEP

A CTEEP continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela SEFAZ-SP. A CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores jurídicos externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da SEFAZ-SP e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia.

Tendo em vista os fatos ocorridos durante 2013, sobretudo relacionados ao andamento jurídico do processo relacionado à cobrança dos valores devidos pela SEFAZ-SP, acima descrito, e considerando o andamento jurídico dos demais processos e ações acima mencionados, a Administração da CTEEP revisou seu posicionamento, reconhecendo, em 2013, provisão para perdas sobre a realização de créditos de parte dos valores a receber, para a qual há expectativa de aumento no prazo de realização e ainda não contemplada como sendo de responsabilidade exclusiva da SEFAZ-SP.

A Administração segue monitorando os novos fatos relacionados à parte jurídica e negocial do assunto, bem como qualquer impacto sobre as informações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

35 Eventos subsequentes

(a) Aumento de capital social

Em 16 de julho de 2014 o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, com base no capital autorizado estabelecido no Estatuto Social, mediante a subscrição privada de ações. O aumento de capital será de, no mínimo R\$ 87.551 e, no máximo, R\$ 231.584, sendo que o valor mínimo corresponde à parcela do aumento que caberá ao acionista controlador da Companhia.

(b) Investimentos

Em 14 de julho de 2014 a Companhia integralizou capital da controlada Pinheiros e da controlada em conjunto IEMadeira no valor de R\$250 e R\$5.100, respectivamente.

Em 18 de julho de 2014 a Companhia integralizou capital da controlada em conjunto IEGaranhuns no valor de R\$3.060.

* * *

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA COMPANHIA

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física.

Os principais acionistas da Companhia são como segue:

Acionistas	30.06.2014					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador						
ISA Capital do Brasil S.A	57.714.208	89,50	-	-	57.714.208	37,81
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	3	-	1.100	-	1.103	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
	3	-	1.100	-	1.103	-
Total do Bloco de Controle	57.714.211	89,50	1.100	-	57.715.311	37,81
Ações em Circulação						
Governo do Estado de São Paulo						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (i)	-	-	9.338.731	10,59	9.338.731	6,12
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRÁS (ii)	6.289.661	9,75	47.495.068	53,86	53.784.729	35,23
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda	-	-	5.688.200	6,45	5.688.200	3,73
Outros (iii)	480.561	0,75	25.654.033	29,10	26.134.597	17,11
Total das Ações em Circulação	6.770.220	10,50	88.176.032	100,00	94.946.254	62,19
Capital Total	64.484.433	100,00	88.177.132	100,00	152.661.565	100,00

(i) O acionista “Governo do Estado de São Paulo” tem suas funções atribuídas por decreto estadual de administração tributária, financeira e creditícia, controle interno do Poder Executivo e execução orçamentária. As atribuições do acionista “Governo do Estado de São Paulo” estão regulamentadas no decreto nº 49.900 de 2 de julho de 1968, o qual determina sua responsabilidade político – administrativa nas áreas tributária, financeira e de controle interno do Governo do Estado de São Paulo.

(ii) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(iii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

	30.06.2013					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Controlador						
ISA Capital do Brasil S.A	57.714.208	89,50	-	-	57.714.208	37,81
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	8	-	1.100	-	1.108	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
	8	-	1.100	-	1.108	-
Total do Bloco de Controle	57.714.216	89,50	1.100	-	57.715.316	37,81
Ações em Circulação						
Governo do Estado de São Paulo						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (i)	-	-	9.338.731	10,59	9.338.731	6,12
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS (ii)	6.289.661	9,75	47.495.068	53,86	53.784.729	35,23
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda	-	-	6.370.000	7,22	6.370.000	4,17
Outros (iii)	480.556	0,75	24.972.233	28,32	25.452.789	16,77
Total das Ações em Circulação	6.770.217	10,50	88.176.032	100,00	94.946.249	62,19
Capital Total	64.484.433	100,00	88.177.132	100,00	152.661.565	100,00

(i) O acionista “Governo do Estado de São Paulo” tem suas funções atribuídas por decreto estadual de administração tributária, financeira e creditícia, controle interno do Poder Executivo e execução orçamentária. As atribuições do acionista “Governo do Estado de São Paulo” estão regulamentadas no decreto nº 49.900 de 2 de julho de 1968, o qual determina sua responsabilidade político – administrativa nas áreas tributária, financeira e de controle interno do Governo do Estado de São Paulo.

(ii) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(iii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2. Posição acionária por espécie e classe, de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física

30.06.2014						
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.624.999	100,00	-	-	840.625.000	65,58
Banco HSBC	-	-	220.636.074	50,00	220.636.074	17,21
Banco Votorantim	-	-	220.636.074	50,00	220.636.074	17,21
Demais acionistas	1	-	-	-	1	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>441.272.148</u>	<u>100,00</u>	<u>1.281.897.148</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	112.605.547	10,17	-	-	112.605.547	10,17
Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL (d)	58.925.480	5,32	-	-	58.925.480	5,32
Demais acionistas	366.674.306	33,10	-	-	366.674.306	33,10
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	3.008.720	100,00	-	-	3.008.720	100,00
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellín	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
(d) Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público	36.384.788.817	88,50	-	-	36.384.788.817	88,50
Demais acionistas	4.731.909.639	11,50	-	-	4.731.909.639	11,50
	<u>41.116.698.456</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.116.698.456</u>	<u>100,00</u>

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

30.06.2013						
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.624.999	100,00	-	-	840.624.999	58,60
Banco HSBC	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Banco Votorantim	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Demais acionistas	1	-	-	-	1	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>593.844.504</u>	<u>100,00</u>	<u>1.434.469.504</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	112.605.547	10,17	-	-	112.605.547	10,17
Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL (d)	58.925.480	5,32	-	-	58.925.480	5,32
Demais acionistas	366.674.306	33,10	-	-	366.674.306	33,10
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	3.008.720	100,00	-	-	3.008.720	100,00
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellín	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
(d) Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público	36.384.788.817	88,50	-	-	36.384.788.817	88,50
Demais acionistas	4.731.909.639	11,50	-	-	4.731.909.639	11,50
	<u>41.116.698.456</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.116.698.456</u>	<u>100,00</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP” ou “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Indenização dos valores referentes aos bens classificados como Serviço Existente (SE)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, com base no previsto na Lei nº 12.783/13 e na Nota Técnica nº 402/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Companhia encontra-

-se em processo de elaboração de laudo de avaliação, a ser encaminhado ao Poder Concedente em 2014, para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis classificados como Serviço Existente (SE). Enquanto o valor não é homologado, a Companhia mantém registrada, desde 2012, uma provisão para redução ao valor de custo de construção dessa infraestrutura, no montante de R\$ 1.535.319 mil, remanescendo um saldo de

R\$ 1.490.986 mil, equivalente ao ativo imobilizado regulatório (valor histórico). A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Lei nº 4.819/58

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 8 e 34, a Companhia mantém registrado saldo líquido de contas a receber do Estado de São Paulo no montante de R\$ 710.881 mil relativos aos impactos da Lei nº 4.819/58, que concedeu aos servidores das empresas sob o controle do Estado de São Paulo as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos. A Administração da Companhia vem monitorando os novos fatos relacionados à parte jurídica e negocial do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Balanço patrimonial e informações contábeis intermediárias correspondentes auditados e revisados por outro auditor independente

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo e a demonstração do valor adicionado correspondentes ao exercício e período anteriores, incluem as respectivas informações contábeis do trimestre findo em 30 de junho de 2013, as quais foram obtidas, das Informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre, e as do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 30 de junho de 2013 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 14 de agosto de 2013 e 26 de fevereiro de 2014, respectivamente, sem modificação e com as mesmas ênfases apresentadas acima.

São Paulo, 29 de julho de 2014.

Clóvis Ailton Madeira

Contador CRC 1SP-106.895/O-1 "S"

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias e dando cumprimento ao disposto no inciso vi do Artigo 163 da Lei no. 6.404/76, analisou as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014 e o Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais dos Auditores Independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, manifestando-se favoravelmente à divulgação das Demonstrações Financeiras referentes ao 2º. Trimestre de 2014.

São Paulo, 29 de julho de 2014

Manuel Domingues de Jesus e Pinho

Antonio Luiz de Campos Gurgel

Flavio Cesar Maia Luz

Rosangela da Silva

Egídio Schoenberger

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Formulário de Informações Trimestrais

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com o Formulário de Informações Trimestrais.

São Paulo, 29 de julho de 2014

Reynaldo Passanezi Filho

Presidente

Rinaldo Pecchio Junior

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Celso Sebastião Cerchiari

Diretor de Operações

Luiz Roberto Azevedo

Diretor de Empreendimentos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Relatório da Revisão Especial dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e tomaram conhecimento do Relatório da Revisão Especial dos auditores independentes.

São Paulo, 29 de julho de 2014

Reynaldo Passanezi Filho

Presidente

Rinaldo Pecchio Junior

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Celso Sebastião Cerchiari

Diretor de Operações

Luiz Roberto Azevedo

Diretor de Empreendimentos